



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS V MINISTRO ALCIDES CARNEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

MARIA BEATRIZ FRANCA DINIZ

**A ESTRATÉGIA MILITAR ESTADUNIDENSE PERANTE A COREIA DO NORTE
(2001-2013): COMO A ABORDAGEM ESTRATÉGICA ESTADUNIDENSE
REPERCUTIU NA NUCLEARIZAÇÃO NORTE-COREANA?**

JOÃO PESSOA - PB

2019

MARIA BEATRIZ FRANCA DINIZ

**A ESTRATÉGIA MILITAR ESTADUNIDENSE PERANTE A COREIA DO NORTE
(2001-2013): COMO A ABORDAGEM ESTRATÉGICA ESTADUNIDENSE
REPERCUTIU NA NUCLEARIZAÇÃO NORTE-COREANA?**

Trabalho de Conclusão do Curso - TCC
apresentado ao Curso de Bacharelado em
Relações Internacionais da Universidade
Estadual da Paraíba - UEPB, como requisito
parcial à obtenção do título do grau de Bacharel
em Relações Internacionais.

Área de concentração: Segurança

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Cristina Carvalho Pacheco

JOÃO PESSOA - PB

2019

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

D585e Diniz, Maria Beatriz Franca.

A estratégia militar estadunidense perante a Coreia do Norte (2001-2013) [manuscrito] : como a abordagem estratégica estadunidense repercutiu na nuclearização norte-coreana? / Maria Beatriz Franca Diniz. - 2019.

60 p. : il. colorido.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas , 2019.

"Orientação : Profa. Dra. Cristina Carvalho Pacheco ,
Coordenação do Curso de Relações Internacionais - CCBSA."

1. Estados Unidos. 2. Coreia do Norte. 3. Política externa.
4. Nuclearização. I. Título

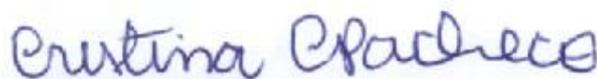
21. ed. CDD 973

MARIA BEATRIZ FRANCA DINIZ

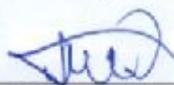
A ESTRATÉGIA MILITAR ESTADUNIDENSE PERANTE A COREIA DO NORTE
(2001-2013): como a abordagem estratégica estadunidense repercutiu na nuclearização
norte-coreana?

Monografia apresentada ao Curso de Relações
Internacionais da Universidade Estadual da
Paraíba.

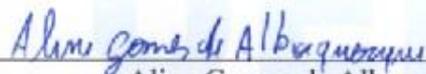
Aprovado(a) em 16 / 08 / 2019 .



Cristina Carvalho Pacheco / UEPB
Orientador(a)



Fábio Rodrigo Ferreira Nobre / UEPB
Examinador(a)



Aline Gomes de Albuquerque / UEPB
Examinador(a)

AGRADECIMENTOS

Agora vem aquele momento de todo trabalho em que as pessoas das quais não foram citadas, pulam (como sempre o nervosismo me causa uma série de piadas sem graça).

Na verdade, eu tenho muito o que agradecer e essa introdução não poderia deixar de citar a mulher que mais me incentivou e me apoiou durante todos esses anos, minha mãe (ou em momentos de raiva, Ana Karla Franca). Ela me ensinou o que é ser uma mulher forte e guerreira, devo toda minha gratidão a ela.

Ademais, agradeço ao projeto de mulher que é minha irmã mais nova, Júlia Helena Franca, da qual a cada dia esse ser humano incrível me mostra que gentileza e inteligência é algo de família. Essas duas mulheres foram, são e serão sempre muito importantes para mim.

No que tange a família também tenho que agradecer a minha madrinha, Iceia Diniz, por sempre me dar suporte; é incrível como até as coisas mais simples essa mulher me incentiva e me encoraja a acreditar no meu potencial.

Também gostaria de agradecer a minha prima, Daniela Franca, que acreditou em mim quando eu não tiver forças para pensar assim. Além disso, meu trabalho de conclusão não existiria sem meu primo, Raphael Diniz; o pouco que convivi com ele foi o suficiente para me encantar com ele. Aos demais familiares, agradeço a todos aqueles que lembraram que eu fazia Relações Internacionais e não só Direito.

Após quatro anos, gostaria de agradecer a Universidade Estadual da Paraíba por todos os ensinamentos. Gostaria de agradecer especialmente aos professores (as): Fábio Nobre, Luiza Rosa, Ana Paula Maielo, Alexandre César, Gabriela Gonçalves, Murilo Mesquita, Jan Marcel, Mônica, Jeane Silva, Andrea Pacheco, Sílvia, Átila, Paulo Kulmann, entre outros.

Porém, dentre todos esses (as) mestres e doutores, meu agradecimento especial vai para minha orientadora, professora Cristina Pacheco. Obrigada por me orientar, ensinar, guiar e me aturar em todo esse processo, com certeza é a rainha da UEPB.

Aos funcionários da UEPB, principalmente a Sandra e a Niedja por toda paciência em ajudar uma pessoa desnorreada a se encontrar naquela universidade. Também não poderia esquecer de agradecer a tia Eva e tio Antônio por todos os cafés proporcionados.

Ademais, gostaria de agradecer a Doutora Vânia por toda paciência; obrigada por me ajudar a manter meu bem-estar emocional há dois anos.

Contudo, esses quatro anos teriam sido muito vazios sem a presença e apoio dos meus amigos. Aos que compartilharam essa viagem que foi Relações Internacionais, agradeço a Mayara Clemente, Maiko Jonathan, Ananda, Bruna Dias, Caroline, Rayssa, Lídia, Ana Luisa

Giroto, Nerthan, Afonso e Francisco por terem compartilhado a sala de aula comigo. Porém gostaria de fazer um agradecimento especial a cinco colegas que me ajudaram muito durante essa graduação, obrigada Emilly Monteiro, Jarbely Costa, Ana Luisa Dias, Larissa de Oliveira, Alyne Silva, vocês são mulheres sensacionais, cada uma do seu jeito.

As demais turmas das quais conheci pessoas maravilhosas como Anne Elise, Daniel, Letícia Montenegro, Tereza, Isabele Melo e aos demais dos meus calouros e jovens de outras turmas, obrigada por todo gliter que vocês espalharam na minha vida.

Além da vida universitária devo meus sinceros agradecimentos aqueles que aprenderam que me amar é um processo de paciência, então obrigada aos diversos grupinhos da minha vida. Aos meus grandes amigos de infância, Diógenes Diniz, Waleska Macêdo, Lucas Vinícius, Marjorye Jordan, Leandro Andrade e Gabriel Cardoso, obrigada por me mostrarem que amizade não acaba como as fases da vida, ela se fortalece e permanece na sua vida para sempre.

As minhas grandes amigas do Ensino Médio, os Fados Ruy Neto, Natália Luna, Letícia Evelyn e Lília Luna, por terem me recebido na vida de vocês e nunca me deixarem ir.

As gatinhas assanhadas, obrigada Maria Luisa, Maria Eduarda, Ana Beatriz Cavalcanti, Carol Falcão, Bruna Guedes por me incluírem. Dentro desse grupo faço um agradecimento especial a minha madrinha, Heloisa Toscano, por olhar para mim e dizer “não tem um pingo de juízo, mas eu vou rezar por você”; obrigada por toda fé na minha pessoa.

Às baleias encalhadas, um salve especialmente para Sara Santiago, Vitoria Gurgel e Rafaela Porto, as meninas mais véias que eu já vi.

Ao meu querido grupo/família do Rotaract, obrigada Francinette de Luna Máximo, Karina Patrícia, Diego Rocha, Renato Xavier, Darah Sterfanny, Lauro Accioly, Joel Sebastian e os demais do grupo por me ensinarem a ser uma líder, por confiarem em mim.

Por mais que passageiro, obrigada aos meus amigos de direito Stefany, Andressa, Bruno e Luan por me ajudarem a suportar outra graduação.

Sinto que ainda devo muitos agradecimentos; então gostaria de agradecer a todos os envolvidos me ajudaram a crescer.

“The struggle for power is not an end in itself, but the path to survival in a self-help world” (YÓRDAN, 2006, p. 128).

RESUMO

As relações entre Estados Unidos da América e a República Popular Democrática da Coreia tomaram proporções diferenciadas ao longo dos anos. No início do século XXI, os Estados Unidos tomam uma posição mais coercitiva com relação aos países considerados como ameaça e buscam reforçar as políticas de não-proliferação. O presidente George W. Bush durante seu governo em 2001 aplicou sua doutrina da qual regeu a política externa do país. A resposta da Coreia do Norte foi desenvolver e testar seu arsenal nuclear como consequência dos constrangimentos estadunidenses. Assim, a interação entre os países durante dois mandatos foi falha, pois, as políticas adotadas não cessaram o programa nuclear norte-coreano. Eleito em 2008, Barack Obama lida com as ameaças da nuclearização por Pyongyang, o presidente adota um comportamento mais defensivo ao reagir com as ameaças indiretas provocadas pelos testes nucleares. Assim, a partir do recorte temporal entre os dois mandatos, a questão norteadora do presente trabalho é: como a abordagem estratégica estadunidense repercutiu na nuclearização norte coreana? O objetivo geral do presente trabalho é de analisar a política externa dos Estados Unidos perante a nuclearização da Coreia do Norte tendo como pano de fundo a interação entre os dois países e como isso reverberou no posicionamento de ambos no cenário internacional. Em relação aos objetivos específicos, consistem em: (I) Analisar de que forma a “Doutrina Bush” e a “*Strategic Patience*” reverberaram na nuclearização ou não da RPDC no período indicado; (II) Descrever a construção do relacionamento entre os dois países; (III) Discutir o posicionamento norte-coreano frente às hostilidades estadunidenses e como isso reverberou no aumento do seu arsenal nuclear. A metodologia incorporada caracteriza-se como teórico-histórica, para analisar o recorte temporal entre 2001 até 2013, de abordagem qualitativa. Já em relação aos meios empregados para construção do trabalho, sendo desenvolvida por meio de livros, dissertações, revistas, relatórios e artigos que analisam a problemática. A relevância dessa problemática se dá graças aos poucos estudos sobre a temática do Brasil e por salientar como as relações de segurança são voláteis em que as ameaças indiretas da Coreia Norte, no seu processo de nuclearização, levam os Estados Unidos a tomarem medidas para conter essa proliferação.

Palavras-Chave: Estados Unidos. Coreia do Norte. Política Externa. Nuclearização.

ABSTRACT

Relations between the United States of America and the Democratic People's Republic of Korea have taken different proportions over the years. At the beginning of the 21st century, the United States takes a more coercive stance towards threatening countries and seeks to strengthen nonproliferation policies. President George W. Bush during his rule in 2001 applied his doctrine which governed the country's foreign policy. North Korea's response was to develop and test its nuclear arsenal as a result of US constraints. Thus, the interaction between countries during two terms was flawed, because the policies adopted did not cease the North Korean nuclear program. Elected in 2008, Barack Obama deals with Pyongyang's threats of nuclearization, the president adopts a more defensive behavior by reacting to indirect threats from nuclear tests. Thus, from the time frame between the two mandates, the guiding question of the present paper is: How did the US strategic approach affect North Korean nuclearization? The general objective of this paper is to analyze the US foreign policy against North Korea's nuclearization against the background of the interaction between the two countries and how it reverberated in their position on the international scene. In relation to the specific objectives, they consist of: (I) Analyzing how the "Bush Doctrine" and "Strategic Patience" reverberated in the DPRK nuclearization or not during the indicated period; (II) Describe the relationship building between the two countries; (III) Discuss the North Korean stance on US hostilities and how it reverberated in the increase of its nuclear arsenal. The incorporated methodology is characterized as theoretical-historical, to analyze the time frame between 2001 and 2013, with a qualitative approach. In relation to the means employed for the construction of the work, being developed through books, dissertations, magazines, reports and articles that analyze the problem. The relevance of this issue is due to the few studies on the theme of Brazil and to highlight how volatile security relations are in which the indirect threats of North Korea in its nuclearization process lead the United States to take steps to contain this. proliferation.

Keywords: United States. North Korea. Foreign Policy. Nuclearization

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 1 –	A Península Coreana	17
Quadro 1 –	Sistemas Políticos da Coreia do Norte	20
Quadro 2 –	Pretensão dos países em 2003 com o <i>Six-Party Talks</i>	36
Figura 1 –	Lançamento de Mísseis da Coreia do Norte: 1984-presente	40
Gráfico 1 –	Gráfico de Mísseis da Coreia do Norte	50

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

ADMs	Armas de Destruição em Massa
AIEA	Agência Internacional de Energia Atômica
ASEAN	Association of Southeast Asian Nation
ECLP	Exército Chinês de Libertação Popular
EUA	Estados Unidos da América
HEU	Highly-Enriched Uranium Program
KEDO	Korean Peninsula Energy Development Organization
ONU	Organização das Nações Unidas
RPDC	República Popular Democrática da Coreia
TNP	Tratado de Não-Proliferação Nuclear
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

Sumário

1 INTRODUÇÃO.....	12
2 HISTÓRIA DA PENÍNSULA COREANA	15
2.1 Cenário pós-Guerra Fria e nuclearização norte-coreana	21
2.2 Da entrada a saída do Tratado de Não-Proliferação.....	24
3. A OFENSIVA ESTRATÉGICA ESTADUNIDENSE PERANTE A COREIA DO NORTE	29
3.1- Governo Bush e o início do século XXI.....	31
3.2- Enfrentamento norte-coreano e seu arsenal nuclear.....	37
3.3 Segundo mandato do presidente George W. Bush.....	40
4. A PACIENTE ESTRATÉGIA ESTADUNIDENSE PERANTE A COREIA DO NORTE	43
4.1 Primeiro Mandato do presidente Barack Obama.....	44
4.2 Armamento nuclear e de destruição em massa da Coreia do Norte	48
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	52
REFERÊNCIAS.....	54

1 INTRODUÇÃO

A presente monografia tem o intuito de analisar a política externa adotada durante os dois mandatos de George W. Bush (2001-2008) e o primeiro mandato de Barack Obama (2009-2012), no que tange a nuclearização da Coreia do Norte. E tem como guia a pergunta-problema: como a abordagem estratégica estadunidense reverberou na nuclearização norte coreana?

Na tentativa de responder à questão acima, será feita uma análise histórica, delimitam-se os acontecimentos que antecederam o fim da Guerra Fria ao observar as necessidades dos Estados em aumentar seu poderio bélico. Em virtude da participação de outros países durante a Guerra das Coreias, não só se estabeleceu a divisão do país em dois, como também determinou a conjuntura política regida até os dias atuais.

Dessa forma, o século XX determina um cenário de instabilidade que perdura ao longo da história política entre Estados Unidos da América (EUA) e República Popular Democrática da Coreia (RPDC), principalmente no período pós-Guerra Fria, no qual Pyongyang passa a desenvolver efetivamente seu poderio militar. Algumas décadas antes, importante lembrar, entra em vigor o Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP, nos anos 70), com o intuito de conter a posse e o desenvolvimento de armamento nuclear (HOBSBAWM, 1995, p. 240).

A Coreia do Norte ratifica o tratado em 1985, devido à promessa soviética em fornecer suporte financeiro, contudo, o documento só entra em vigor no país sete anos após sua assinatura. Todavia, o fim da Guerra Fria proporcionou a ascensão de novos atores no âmbito estratégico entre as potências, em virtude da questão nuclear na agenda de segurança internacional.

Todavia, as sanções pelos Estados Unidos decorrem da percepção de ameaça, reservando-as para os países considerados mais fracos no cenário internacional (GOTINJO, 2016). As sanções foram consideradas como malsucedidas pelo sistema internacional devido a insistência por Pyongyang em manter suas armas de destruição em massa como também as ameaças feitas ao longo da década de 1990 com relação a sua saída do TNP, gerando desconfiança na eficácia do tratado.

Por conseguinte, a relação entre os dois países já nos anos 1990, caracteriza-se por alguns tratamentos hostis, provocados principalmente pela falta de aplicação da Coreia do Norte com relação ao Tratado de Não-Proliferação Nuclear. Todavia, após a morte do presidente Kim Il Sung em 1994, a Coreia do Norte estabelece mudanças na sua política interna e externa.

Dessa forma, a Coreia do Norte obtém auxílio internacional por meio do acordo com os Estados Unidos, denominado *Agreement Framework*¹ (OLIVEIRA, 2004, p. 14). Entretanto, uma aproximação de natureza pacífica, caracterizada pela produção de alguns acordos entre os dois países não teve continuidade no século XXI, visto o presidente George W. Bush suspender o diálogo com o país, após o ataque ao World Trade Center e ao Pentágono, ocorrido em setembro de 2001.

O ambiente geopolítico pós 11 de setembro mudou o posicionamento da administração de George W. Bush como resposta ao ataque terrorista aos Estados Unidos pela Al-Quaeda em que o país posiciona sua segurança contra os países classificados por Washington como ameaça ao sistema internacional.

A descoberta, devido às visitas e o monitoramento da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), do programa nuclear clandestino de Pyongyang, leva o presidente estadunidense a adotar políticas em relação a todos os Estados considerados perigosos para os interesses estadunidenses, intitulando-os de Eixo do Mal². Consequentemente o Estado norte-coreano anuncia sua saída oficial do Tratado de Não-Proliferação nuclear em 10 de janeiro de 2003 (BOTELHO, 2008).

Portanto, as relações entre Estados Unidos e Coreia do Norte foram moldadas majoritariamente com base em barganhas de ambos os países, como por exemplo a promessa de petróleo concedida pelos EUA para a RPDC, através da assinatura do acordo, em 1994. Pyongyang afirma que procurou cooperar com os Estados Unidos no que tange à área de segurança e economia e que, muitas vezes, as respostas estadunidenses eram negativas, ou refletidas em sanções econômicas ou em declarações agressivas como a referência ao “Eixo do Mal”, o que demonstrava a política hostil dos EUA em relação à Coreia do Norte (PINKSTON, 2006, p. 5).

Destarte, há uma série de declarações que formam provocações, elencadas ao longo do trabalho, efetuadas pela Coreia do Norte, em que resultam em um comportamento coercitivo para os EUA como por exemplo o primeiro semestre de 2009 que resultou no fracasso de duas décadas de esforços diplomáticos, seja pelo emergente nordeste asiático, ou, seja pelos Estados

¹ Acordo entre Estados Unidos e a Coreia do Norte no qual visava congelar o desenvolvimento do programa nuclear norte-coreano, em troca, os estadunidenses forneceriam petróleo para fins energéticos e civis (BOTELHO, 2008, p. 27).

² Traduzido de “*axis of evil*”, advém de um discurso feito pelo presidente George W. Bush, endereçado ao Congresso, em 29 de janeiro de 2002, no qual estabelece que Coreia do Norte, Irã e Iraque são países patrocinadores do terrorismo como também buscam deter armas de destruição em massa. Ademais, a noção de eixo do mal identificava os inimigos do país após o ataque do 11 de setembro e legitimava a guerra estadunidense contra o terrorismo.

Unidos. Obama herdou da administração de Bush um cenário de nuclearização em que restringiu o nível de diálogo entre os dois países (PRITCHARD; TILELLI, 2010, p. 7).

Em consequência disso, a estratégia da política do governo Obama em relação à Coreia do Norte é conhecida como “*Strategic Patience*” que se resume em pressionar o regime norte coreano a se comprometer em buscar uma desnuclearização, por meio de interdições de armas e sanções. Ademais, outros países situados geograficamente próximos, sendo a China, Coreia do Sul, Japão e a Rússia, buscando pressionar a Coreia do Norte mediante a adoção de políticas mais duras como a retirada do envio de subsídios (RINEHART; NIKITIN, 2016, p. 6).

O objetivo geral do presente trabalho é de analisar a Política Externa dos Estados Unidos perante a nuclearização da Coreia do Norte tendo como pano de fundo a interação entre os dois países e como isso reverberou no posicionamento de ambos no cenário internacional. Em relação aos objetivos específicos, consistem em: (I) Analisar de que forma a “Doutrina Bush” e a “*Strategic Patience*” reverberaram na nuclearização ou não da RPDC no período indicado; (II) Descrever a construção do relacionamento entre os dois países; (III) Discutir o posicionamento norte-coreano perante as medidas estadunidenses e como isso reverberou no aumento do seu arsenal nuclear.

O recorte temporal tem como objetivo investigar a política externa entre os dois países por meio da análise teórico-histórico do período entre 2001 até 2013, em que analisa dois mandatos: os dois mandatos do George W. Bush e o primeiro do Barack Obama. Através do uso da metodologia qualitativa, a pesquisa tem como finalidade o estudo exploratório na área de segurança. A pesquisa também é caracterizada como bibliográfica, sendo desenvolvida por meio de livros, dissertações, revistas, relatórios e artigos que analisam a problemática.

O trabalho encontra-se dividido em três seções: na primeira, será feita uma introdução histórica para apresentar o início da relação entre os dois países até o século XXI em que a aproximação se deu com a nuclearização da Coreia do Norte, visto que os EUA influenciam o território norte-coreano desde a Guerra das Coreias; na segunda parte, a pesquisa trará uma análise do governo de George W. Bush e como se caracterizou a política de segurança com relação a RPDC; na terceira parte, será feita uma análise do primeiro mandato do presidente Barack Obama, procurando identificar a natureza da sua relação com o governo anterior e como isso reverberou nos norte-coreanos.

Por fim, essa problemática é considerada relevante pois salienta como as relações de segurança são voláteis a ameaça indireta da Coreia Norte no seu processo de nuclearização, levando os Estados Unidos a tomarem medidas de cunho internacional para conter essa proliferação.

2 HISTÓRIA DA PENÍNSULA COREANA

Durante a Dinastia *Joseon*³, a Coreia era um país fechado e de pouca interação com seus vizinhos. Esse cenário mudou a partir da convergência entre os interesses regionais da China e do Japão, culminando em uma guerra em 1894⁴. No ano seguinte, o Japão venceu a guerra, prevalecendo a influência nipônica até 1910, momento em que a Coreia se tornou sua colônia. A revolta da Coreia no leste asiático provocou movimentos nacionalistas e resistência ao domínio japonês no país.

Todavia, a Coreia permaneceu sob o domínio do Japão até o final da Segunda Guerra Mundial e seu fim provocou mudanças significativas na organização política do país. O sentimento de identidade nacional surgiu no período entre guerras dando origem ao Movimento Nacionalista da Coreia e teve como foco principal a aversão aos japoneses⁵. No cenário pós Segunda Guerra houve o acréscimo de movimentos anticolonialistas na Coreia, solidificando bases políticas e sociais. Entretanto, devido à ocupação soviética e estadunidense, a afirmação nacional por parte dos coreanos não se aprofundou com a “falta de autonomia da península e amplificou a divisão interna, criando a cisão coreana” (BRITES, 2018, p. 21).

Nos últimos anos da Segunda Guerra Mundial, houve a Conferência do Cairo, ocorrida no Egito, em 1943, onde se debateu sobre o Japão e as diretrizes para o Leste Asiático. Os Estados discutiram diversos assuntos, inclusive, acerca do território coreano, o qual este deveria se tornar um país independente no devido tempo. A Conferência de Yalta, a última reunião decorrente do conflito, em 1945 tinha como interesse debater acerca das políticas após a guerra. O presidente dos Estados Unidos da época, Franklin Delano Roosevelt, tinha o interesse de inserir os soviéticos na guerra contra o império japonês, em que culminou com a sua rendição depois dos dois ataques em Hiroshima e Nagasaki (BEAL, 2005, p. 42).

Com o término da Segunda Guerra Mundial, em 1945, tem-se a cisão da Coreia por meio do Paralelo 38, que divide a península em duas zonas de ocupação para estabelecer o interesse dos Estados Unidos da América e da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). A divisão estabelecida pelos países aliados tinha caráter temporário. Entretanto, dois

³ A Dinastia *Joseon* perdurou por cinco séculos (1392-1897), era regida por forças políticas autóctones e estabelecia uma política isolacionista com o resto do mundo. Esse posicionamento mudou em meados de 1870, do qual a Coreia buscou estreitar os laços com o Japão e aliar-se aos Estados Unidos (BRITES, 2018).

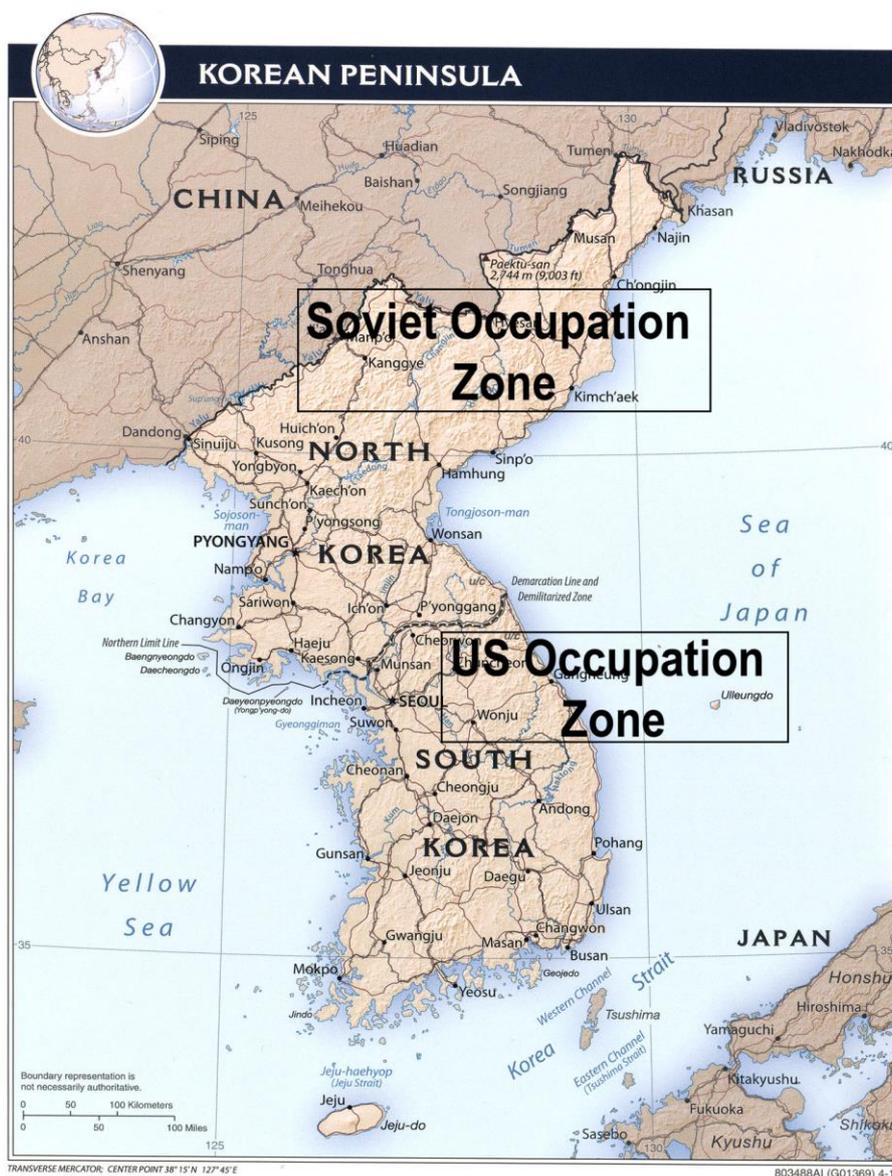
⁴ Os países passaram 20 anos em pequenas disputas para obter influência na Coreia. A guerra que aconteceu em 1894 foi a disputa entre China e Japão para se obter o domínio da região (HOARE, 2012, p. 11).

⁵ O colonialismo nipônico perdurou por 35 anos e, durante a Primeira e Segunda Guerra Mundial, mais de 80% das mulheres coreanas foram vítimas de escravidão sexual sendo assim uma das maiores atrocidades para o país (BEAL, 2005, p. 34).

sistemas de governo foram instaurados em 1948, originando a República da Coreia e a República Popular Democrática da Coreia (CLEMENS, 2016, p. 65).

Assim, surgiram dois países: a Coreia do Sul, que sofria influência dos Estados Unidos e a Coreia do Norte, guiada pela União Soviética. Os estadunidenses apoiaram os sul coreanos com o intuito de manter influência dentro da maior capital do país. Já os soviéticos tinham uma preocupação estratégica na península coreana, visto a região do norte do país servir de ponte para adentrar na União Soviética. Dessa forma, as tropas soviéticas se instalaram na região como forma de proteção. A divisão do território por uma Zona Desmilitarizada estabelecia a ocupação estadunidense e soviética em cada região, como pode ser visto no mapa 1.

Mapa 1 - A Península Coreana



Fonte: University of Texas Libraries (2011, com adaptações).

O paralelo simboliza a divisão do territorial e política na Península Coreana, como também a separação entre duas zonas de ocupação lideradas pelos EUA e URSS. Isso mostra o lapso temporal de ocupação estadunidense na região. Os líderes dos países, Kim Il Sung e Syngman Rhee⁶, tinham o sonho de reunificar o país se espelhando nos próprios sistemas políticos. Porém, a península lembrou interesses em que, segundo Hoare:

A Península Coreana está no coração estratégico do leste da Ásia, entre a China, Rússia e Japão, e tem sido influenciada de diferentes maneiras e em diferentes épocas por todos os três. Com vizinhos tão poderosos, os coreanos tiveram que lutar para manter sua identidade. O resultado foi criar pessoas ferozmente independentes, orgulhosas de sua cultura e língua distintas [...]⁷. (2012, p.1).

Dessa forma, o conflito deixou de ser regional e tornou-se internacional, em especial em razão do interesse dos países em preservar os valores, tanto comunistas como capitalistas com o início da Guerra da Coreia em 1950. Esse conflito caracterizou-se por ser um dos momentos mais sangrentos da Guerra Fria⁸.

Com o início da Guerra Fria, a atenção de Washington volta-se para a aplicação lenta e gradual da proposta elaborada por George Kennan, a política externa da contenção⁹ do avanço do comunismo. Assim, segundo Henry Kissinger, a Coreia do Sul passa a ser uma preocupação a partir do momento que a força militar soviética adentra em Pyongyang. Sob a justificativa de conter a influência soviética e manter uma visão estratégica sobre a região, os Estados Unidos buscou aproximar-se da Coreia do Sul. Contudo, em 1950 as tropas norte coreanas ultrapassaram o paralelo 38 tendo como finalidade estabelecer um regime comunista na região (KISSINGER, 1994, p. 477).

Este é o momento em que se tem o estopim do conflito na Península Coreana. A ultrapassagem do Paralelo 38 pelos norte-coreanos, como intitulado por Cuming (2010) a “Coreia invade a Coreia”. Dessa forma, as Nações Unidas, lideradas pelos Estados Unidos, adentram militarmente na região utilizando-se da Resolução 82¹⁰ do Conselho de Segurança

⁶ Kim Il Sung foi o presidente da Coreia do Norte, representante do Partido dos Trabalhadores da Coreia de cunho marxista, sendo intitulado pela constituição do país como Presidente Eterno. Já Syngman Rhee foi o primeiro presidente da Coreia do Sul estabelecendo um governo fortemente anticomunista.

⁷ Excerto original: The Korean Peninsula lies at the strategic heart of east Asia, between China, Russia, and Japan, and has been influenced in different ways and at different times by all three of them. With such powerful neighbors, Koreans have had to struggle to maintain their identity. The result has been to create a fiercely independent people, proud of their separate culture and language [...] (HOARE, 2012, p.1).

⁸ Segundo Clemens (2016, p. 85-86), a Guerra da Coreia deixou entre três a quatro milhões de mortes de soldados e civis na península coreana em três anos de conflito. Isto é, a Coreia do Norte perdeu em torno da metade de sua população com a guerra, visto ter quantitativamente a menor população dentre os países que participaram do conflito.

⁹ A aplicação da política de contenção se dá por meio do controle, da restrição, evitar a disseminação do comunismo ao redor do globo.

¹⁰ Durante a Guerra das Coreias, os Estados Unidos tiveram quatro medidas aprovadas pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas. A Resolução 82 tinha o intuito de cessar a guerra e que a Coreia do Norte cessasse

das Nações Unidas como justificativa para combater essa invasão. Ademais, a Resolução defende o ataque com o intuito de manter o *status quo* ante o ataque norte-coreano, visto o descumprimento da RPDC em cessar as hostilidades contra a República da Coreia (BEAL, 2005). Dessa forma, fica claro o interesse estratégico na península coreana graças a justificativa de preservar a segurança internacional e contenção da proliferação comunista na península.

Dessa forma os EUA enviam o exército, por meio da autorização da Organização das Nações Unidas (ONU), e obtém vitórias com relação a RPDC até a chegada do Exército Chinês de Libertação Popular (ECLP) do qual conteve mais avanços das tropas estadunidenses. Assim, faziam parte do conflito tropas chinesas, estadunidenses, norte-coreanas, sul-coreanas e representantes da ONU, em que cada parte clamava por sua posição estratégica na guerra (CLEMENS, 2016, p. 85).

As hostilidades obrigaram os países a estabelecer um acordo de paz. Por meio desse acordo, o armistício da Guerra das Coreias foi assinado em julho de 1953 entre o Comando das Nações Unidas, a República Popular Democrática da Coreia e China, mas não pela República da Coreia. Consequentemente, uma guerra que durou três anos teve como resultado: quatro resoluções das Nações Unidas; ocupação estadunidense na região; uma península que continuou dividida; e o estabelecimento de uma zona desmilitarizada na fronteira entre os dois países (HOARE, 2012).

Essa análise histórica advém da necessidade de informar acerca de uma guerra pouco estudada e sobre um país pouco conhecido no meio internacional. Ademais, fica claro a presença longínqua dos Estados Unidos na região seja por meio militar como também fator influenciador na tomada de decisões na península. Após anos de conflitos internos, os países se depararam com as consequências econômicas e sociais da guerra como também com um cenário internacional que permaneceu conflituoso, constringendo diversos Estados a desenvolverem seu poderio militar.

Durante a Guerra Fria, a RPDC recebia ajuda de capital e tecnologia oriundos da União Soviética e do Leste Europeu. Entretanto, a Coreia do Norte adota um plano econômico intitulado *Juche*¹¹ em 1955 que se baseia no princípio da autossuficiência (HASSIG; OH, 2000, p.47). Uma economia nacional autossuficiente é capaz de produzir sua própria defesa em que

as hostilidades, inclusive ratificava a entrada estadunidense para apaziguar a questão. Todavia, a guerra se estendeu até 1953 em que nesse período foram produzidas mais três resoluções com o intuito de estabelecer medidas para cessar a guerra da Coreia.

¹¹ Segundo Hassig e Oh (2000, p. 42-47) o *Juche* é caracterizado como o modelo da ideologia comunistas da República Popular e Democrática da Coreia, salvaguardado na Constituição, do qual busca estabelecer uma economia autossuficiente visto sua dependência nos anos anteriores a economias socialistas, tendo alcançado - 3,7% PNB em 1990.

Cheon (2013) resume a doutrina Juche como: “uma arma em uma mão e um martelo e uma foice na outro”¹² (2013, p. 3).

A doutrina elaborada por Kim Il Sung foi um esforço para que o país se tornasse independente economicamente. Ao longo da década de 1960, a Coreia do Norte adotou o plano de crescimento econômico que deveria se concretizar em sete anos, que infelizmente não trouxe retorno significativo. Apesar dos esforços econômicos, o sentimento nacionalista aflorado no país levou ao desenvolvimento de armas nucleares na década seguinte, iniciando em 1963 em que a Coreia do Norte requisitou ajuda da URSS para desenvolver armas nucleares próprias (GEIGER, 2018, p.13).

Todavia, a comunidade internacional buscou estabelecer soluções para constranger os Estados a não adotarem medidas de segurança levando a elaboração do Tratado de Não-Proliferação em 1970. Contudo, o que dificultou a continuidade da nuclearização norte-coreana não foi o constrangimento para assinar o tratado e, sim, as crises do petróleo que aconteceram em 1973 e 1979. A falta do petróleo levou a RPDC a uma crise econômica em que Pyongyang recorreu aos países do Leste Europeu, União Soviética e China por suporte para continuar a desenvolver seu arsenal nuclear (HOARE, 2012).

Assim, Pyongyang estabelece seu primeiro reator em 1977, sob a salvaguarda da Agência Internacional de Energia Atômica, sendo o início de expansão do programa nuclear norte-coreano. No ano seguinte, a Coreia do Norte retoma o plano econômico de sete anos e, já na década de 1980, instalou reatores nucleares voltados à produção de urânio e plutônio, do qual se tornaria o centro do programa nuclear (KIM, 2010, p. 57).

Com a promessa soviética em fornecer suporte financeiro, a RPDC ratifica o Tratado de Não-Proliferação em 1985, visando implantar seu programa de energia nuclear. Isto é, ao assinar o TNP, a Coreia do Norte cessa sua produção de armas nucleares, todavia almejava produzir energia por meios nucleares. O tratado em questão entra em vigor apenas sete anos após sua assinatura. Mas ainda em 1989 há a confirmação, pelos satélites estadunidenses, do desenvolvimento de energia nuclear pela Coreia do Norte em virtude de sua reserva de plutônio.

Devido a este fato, foi visto como necessário para Washington o início de um diálogo com a Coreia do Norte em 1991, logo após a retirada de seus equipamentos nucleares na Coreia do Sul (OLIVEIRA, 2003, p. 13). Contudo, a mudança do sistema político pela RPDC também serviu de fator influenciador no que tange a construção ou não do diálogo sobre não-

¹² Tradução da autora: “a gun in one hand, and a hammer and sickle in the other” (CHEON, 2013, p. 3).

proliferação. O quadro a seguir mostra uma série de acontecimentos cronológicos dos quais ilustram a organização política do país de acordo com o período determinado.

Quadro 1 - Sistemas Políticos da Coreia do Norte

PERÍODO	ORGANIZAÇÃO POLÍTICA	LIDERANÇA
1392 - 1897	Dinastia <i>Joseon</i>	Fundada por Taejo Yi Seong-gye
1897 - 1910	Império da Coreia	Fundada pelo imperador Gwangmu
1910 - 1945	Colônia do Japão	Imperador Meiji
1945	Criação do Paralelo 38	EUA e URSS
1945	Proclamada a República Popular da Coreia	Comitê Popular
1945	Partido Comunista da Coreia do Norte	Presidente: Kim Il-sung
1948	Fundada a República Popular Democrática da Coreia	Primeiro Ministro: Kim Il-sung
1948	Proclamação da República da Coreia	Presidente: Syngman Rhee
1949	Partido dos Trabalhadores da Coreia	Kim Il-sung
1950-1953	Exceção Guerra das Coreias	Kim Il-sung - Coreia do Norte Syngman Rhee - Coreia do Sul
1955 - 1994	Doutrina <i>Juche</i>	Kim Il-sung
1996 - 2011	Política <i>Songun</i>	Kim Jong-il
2012 - Dias atuais	Política <i>Byungjin</i>	Kim Jong-un

Fonte: Elaboração própria, com base Hoare (2012).

Dessa forma, a adoção de doutrinas na estratégia do país levava a uma série de acontecimentos que levaram o estreitamento das relações entre Estados Unidos e Coreia do Norte devido a adoção de políticas pelos norte-coreanos no que tange ao seu desenvolvimento

militar. Assim, a década de 1990 inicia-se com uma doutrina econômica em que tem uma mudança brusca para o desenvolvimento militar, cujo lema da política era “*Army First*” (HOARE, 2012, p. 165). Logo, a solução adotada pelos EUA foi constranger a RPDC a participar do regime de não proliferação e aumentar o diálogo bilateral. Diante disso, a expansão do arsenal nuclear no contexto pós-Guerra Fria e a mudança estratégica adotada pelo líder que sucedeu o Kim Il Sung é o objeto de análise do próximo tópico.

2.1 Cenário pós-Guerra Fria e nuclearização norte-coreana

Após anos de tensão, o fim da Guerra Fria estabeleceu mudanças na agenda de segurança global. Em meio a um cenário de insegurança em que sua sobrevivência não é garantida, a Coreia do Norte atua segundo a lógica da auto-ajuda¹³ com o fim de garantir sua sobrevivência. Segundo Oliveira (2003) o fim dessa conjuntura trouxe o desaparecimento de um caráter ideológico e os conflitos adquiriram um aspecto territorial, logo há a necessidade de desenvolver mecanismos de segurança regional e não mais mundial.

Os Estados convivem em um meio competitivo e a era dos armamentos de destruição em massa pode acarretar uma mudança na estabilidade do sistema visto que forças nucleares precisam aumentar seu arsenal para manter o nível de dissuasão (LIEBER; PRESS, 2017, p. 10). Dessa forma, houve uma mudança na polaridade mundial entre os Estados, tendo a segurança um caráter regional.

O fim da Guerra Fria se deu após a URSS não ter mais condições para se manter na disputa dos meios de produção, levando a quebra da União Soviética. Destarte, o reconhecimento das potências em relação às consequências da corrida nuclear (HOBSBAWM, 1995, p. 246). Dessa forma, os Estados Unidos buscam uma maior aproximação da Coreia do Norte a partir de 1991 visto seu interesse em conter o desenvolvimento de tecnologia nuclear na região. Contudo, o isolamento da Coreia do Norte tende a proporcionar insegurança em seu território.

A RPDC havia perdido seu maior parceiro, a União Soviética, como também havia se distanciado do seu maior aliado na região asiática, a China - graças ao processo de reforma e abertura econômica. Em 1991, o presidente George H. W. Bush anunciou unilateralmente a retirada do seu arsenal militar da Coreia do Sul. Em resposta, obteve a reciprocidade da União

¹³ Traduzido do termo “*self-help*”, Waltz define um sistema de auto-ajuda como “a posse da maioria, mas não de todas as capacidades de um grande poder, deixa um estado vulnerável a outros que têm os instrumentos que o estado menor não possui” (2000, p. 33).

Soviética e, meses depois, o apoio do presidente sul-coreano à Declaração de desnuclearização da Península Coreana, ao confirmar a promessa sul-coreana de não produzir, possuir, comprar ou usar armamento nuclear (HAYES, 2007, p. 121).

Então, o que motivou a Coreia do Norte a produzir armas nucleares era nuclearizar o país para ter capacidade de conversar com os EUA. Contudo, em 1992 o acordo adiado com a AIEA entrou em vigor dando início as inspeções pela agência. No mesmo ano, ambas as Coreias assinaram uma Declaração Conjunta sobre a Desnuclearização da Península Coreana em que estabelecem a não: aquisição, produção de testes ou desenvolvimento de armas nucleares além de não deter de materiais utilizados na produção, como no caso do plutônio (WEAPONS OF MASS DESTRUCTION COMMISSION, 2006, p. 67). Todavia, os anos subsequentes colocaram a relação entre Estados Unidos e Coreia do Norte em crise. A primeira crise nuclear aconteceu entre 1993 e 1994, segundo Kim (2010):

[...] a questão nuclear norte-coreana emergiu como a maior crise - mas também a maior oportunidade - em sua política externa. Depois de um ano de ações e reações - incluindo a suspensão da retirada do TNP, supostamente adulterado os selos da AIEA (Agência Internacional de Energia Atômica), a recém anunciada intenção de deixar a AIEA e tentativas de impor sanções ao Conselho de Segurança da ONU - o presidente Jimmy Carter foi para Pyongyang. Lá ele recebeu o compromisso pessoal de Kim II Sung de congelar e eventualmente dismantelar o programa nuclear da Coreia do Norte (contingente da implementação dos EUA de suas obrigações) e catalisou o renascimento das negociações EUA-RPDC em um momento em que os Estados Unidos estavam perigosamente em direção à ação militar contra a Coreia do Norte. (2010, p. 62)¹⁴.

Em 1993, a Coreia do Norte não autorizou a inspeção pela Agência Internacional de Energia Atômica em seu território, devido ao armazenamento de plutônio na região. Como consequência, Pyongyang faz sua primeira ameaça a saída do Tratado de Não-Proliferação, ocorrendo a primeira crise nuclear. Contudo, no ano subsequente obteve-se a confirmação da posse de armas nucleares norte-coreanas por meio de uma inspeção da Agência Internacional de Energia Atômica na região, ocasionando sua saída da agência (YEE, 2008, p. 32). Entretanto, a RPDC ainda se submetia ao TNP, o qual garante à AIEA inspeções nas regiões dos países membros.

Em 1994, a RPDC estabelece mudanças na sua política interna e externa após a morte do presidente Kim Il Sung. Kim Jong-II, sucedendo o seu pai, assume o governo como líder

¹⁴ Excerto original: [...] the North Korean nuclear issue emerged as the single greatest crisis-but also greatest opportunity-in its foreign policy. After a year of back and forth actions and reactions- including the suspension of withdrawal from the NPT, alleged tampering with IAEA (International Atomic Energy Agency) seals, newly announced intention to leave the IAEA, and attempts impose UN Security Council sanctions-former U.S. President Jimmy Carter went to Pyongyang. There he received Kim II Sung's personal pledge to freeze and eventually dismantle North Korea's nuclear program (contingent on the U.S. implementation of its obligations) and catalyzed the revival of U.S-DPRK negotiations at a time when the United States was veering dangerously toward military action against North Korea (KIM, 2010, p.62).

máximo. Devido ao cenário instável com os EUA e a crise interna no país, Kim Jong-Il estabelece uma estratégia do qual prioriza a defesa e segurança do país, intitulada a política *Songun*. Essa doutrina foi inserida oficialmente em 1998 e buscava independência por meio do componente militar (representado pelo slogan *Army First*).

O governo norte-coreano acredita que precisa se manter armado nuclearmente para garantir a legitimidade interna (diminuindo as chances de divisão interna) e defender-se da hostilidade externa, tendo em vista de que um de seus objetivos, como qualquer outro Estado, é a sua sobrevivência (WALTZ, 2002; JEON, 2011). Isto é, da precedência aos assuntos militares sobre os demais.

Por meio da política *Songun*, seu objetivo consistia também em diminuir o poder do Partido do Estado e, conseqüentemente, aumentar a funcionalidade militar em que este fornece legitimidade para as demais formas de governo em que iria servir como instrumento de barganha para extorquir atenção internacional (GEIGER, 2018).

Dessa forma, ao buscar auxílio internacional, a Coreia do Norte obtém assistência por meio do acordo com os Estados Unidos denominado *Agreement Framework*, o qual o presidente Bill Clinton relatou como necessário, porém não suficiente (OLIVEIRA, 2003, p. 14). Por meio desse documento, entre os dois países, estabeleceu-se que a Coreia do Norte suspendesse seu programa nuclear, aceitasse as inspeções da AIEA, cessasse seu plano nuclear e aplicasse a Declaração Conjunta de Desnuclearização da Península Coreana, em troca dos EUA prover assistência por meio da exportação de petróleo e construir um reator nuclear de água leve (BEAL, 2005, p. 80-81) . Ademais, o acordo

previa funções específicas para a Agência, nomeadamente para monitorizar um “congelamento dos reatores moderados por grafite da RPDC e instalações conexas”; continuar com as atividades de verificação em instalações não cobertas pelo congelamento; e tomar as medidas necessárias para “verificar a exatidão e integridade do relatório inicial da RPDC sobre todos os materiais nucleares na RPDC”. (Application of Safeguards in the Democratic People's Republic of Korea, 2011, p.4).

Através de inspeções especiais, a AIEA interrompeu a construção das instalações de energia nuclear encontradas na RDPC. Com isso, gerou um impulso para a formação de energias alternativas, sendo esta já afirmada no acordo conjunto. Com o desenvolvimento energético, o país criou, em 1995, a *Korean Peninsula Energy Development Organisation* (KEDO), em Nova York, na qual reuniu Estados Unidos, Coreia do Norte e Japão, sendo uma medida que “abordou diretamente a motivação estratégica da liderança de Pyongyang - a necessidade de uma relação de segurança” (HAYNES, 2007, p. 126).

Contudo, as diversas sanções feitas pelos Estados Unidos, em meio às negociações bilaterais com a Coreia do Norte nos anos subsequentes, derivam da insatisfação da

implementação dos compromissos acordados previamente (MAGALHÃES, 2006). Posteriormente, em 1998 os EUA reestruturaram sua cooperação com a RPDC através do processo de William Perry¹⁵, com o objetivo de formar uma abordagem unificada para lidar com Pyongyang. Após a tensão do teste *Taepodong 1*¹⁶, em 1999, o secretário de defesa dos EUA persuade a Coreia do Norte a cumprir com as preocupações dos Estados Unidos no que tange o Marco Acordado (HAYNES, 2007, p. 126-127).

A partir dos anos 2000, os EUA fazem sanções à RPDC pois havia uma suposição que a empresa Changgwang Siyong Corporation comerciava itens de categoria I¹⁷ para o Irã. No mesmo ano, ambas as Coreias formularam um acordo conjunto apaziguava suas relações. Devido a essa situação, o governo estadunidense reduz as sanções impostas à Coreia do Norte, ao facilitar as restrições ao investimento e eliminar proibições comerciais (DAVENPORT, 2017).

A aproximação das relações entre os países também atinge um patamar positivo no governo Clinton quando em 9 de outubro de 2000 o vice-marechal Jo Myong Rok, de Kim Jong Il, visita Washington como enviado especial. Jo Myong entrega uma carta ao presidente Clinton e se encontra com os secretários de estado e de defesa (PRITCHARD, 2007).

Os anos que se sucederam representam incerteza na relação dos países. Com o atentado de 11 de setembro, os Estados Unidos passam a adotar uma política mais coercitiva com países que buscavam nuclearização. Além disso, a Coreia do Norte desenvolveu seu programa nuclear clandestinamente até a sua crise, em 2002. O capítulo seguinte traçará uma explicação acerca do caminho trilhado pelo Coreia do Norte ao longo da assinatura do tratado em 1985 até a sua saída oficial em 2003, ilustrando quais motivos levaram a sua entrada como também a sua retirada.

2.2 Da entrada a saída do Tratado de Não-Proliferação

O Tratado de Não-Proliferação, acordado em 1968, salienta em seu preâmbulo o desejo de promover a diminuição da tensão internacional e o fortalecimento da confiança entre os

¹⁵ Secretário de Defesa dos Estados Unidos de 1994 a 1997, sob o governo do presidente Bill Clinton.

¹⁶ Em agosto de 1998 a Coreia do Norte fez um teste um míssil do qual sobrevoou o Japão (MEARSHIMER, 2001, p. 237).

¹⁷ De acordo com Davenport (2017) itens dessa categoria são mísseis com alcance superior a 300 quilômetros e cargas superiores a 500 kg.

Estados¹⁸. Para tanto, a redução de recursos humanos e econômicos mundiais em armamentos é tida como um de seus objetivos.

O interesse em estabelecer um programa nuclear pela RPDC está presente desde a década de 1950. Todavia, seu efetivo desenvolvimento se dá na década de 1960 graças a ajuda financeira fornecida pela União Soviética. Com isso, o país é registrado na Agência Internacional de Energia Atômica para que o desenvolvimento nuclear tivesse fins pacíficos para o uso de energia atômica (HOARE, 2012). Assim, a Coreia do Norte, Iraque e Líbia fazem parte da terceira onda¹⁹ de proliferação, sendo vistos como um perigo eminente pelo Sistema Internacional.

A adesão do país ao tratado, em 1985, tinha como principal foco o fim do constrangimento estadunidense sobre a proliferação do regime nuclear. Ademais, apesar das promessas de ajuda econômica, o enfraquecimento da URSS viria a pesar cada vez mais nas relações com os norte-coreanos (BRITES, 2018, p. 123). Diferente do país vizinho, a Coreia do Sul entra no tratado na década de 60 e o ratifica em 1975, com o intuito de manter o *status quo* internacional e receoso de enfraquecer as relações com os Estados Unidos²⁰.

O controle de armamentos foi uma preocupação que perdurou por toda Guerra Fria. Uma das primeiras resoluções adotadas pela Organização das Nações Unidas foi a criação de uma comissão que estabelecesse os fins para os quais a energia atômica deveria ser utilizada: não militares e energéticos. Todavia, o TNP utiliza-se do princípio do uso pacífico de energia nuclear para privar os Estados não-nucleares de desenvolverem armamentos (OLIVEIRA, 2005).

O regime²¹ de não-proliferação surgiu na Guerra Fria com o intuito de conter os efeitos da posse e do desenvolvimento da tecnologia nuclear. Dessa forma, estabelece-se um sistema

¹⁸ O preâmbulo afirma que: “Desejando promover a diminuição da tensão internacional e o fortalecimento da confiança entre os Estados, de modo a facilitar a cessação da fabricação de armas nucleares, a liquidação de todos seus estoques existentes e a eliminação dos arsenais nacionais de armas nucleares e dos meios de seu lançamento, consoante um Tratado de Desarmamento Geral e Completo, sob eficaz e e estrito controle internacional” (TRATADO SOBRE A NÃO-PROLIFERAÇÃO DE ARMAS NUCLEARES, 1970).

¹⁹ A primeira onda de proliferação se deu na Segunda Guerra Mundial principalmente entre Estados Unidos e União Soviética. Já a segunda onda de proliferação teve como atores Israel, Índia e Paquistão, gerando para os demais países uma preocupação devido a instabilidade política destes países (WEAPONS OF MASS DESTRUCTION COMMISSION, 2006, p. 60).

²⁰ Todavia, foi de interesse sul coreano desenvolver armamento nuclear nos anos de 1970, estabelecendo programas secretos que são finalizados no ano em que ratificou o tratado. Apesar da nuclearização enfraquecer as relações com os Estados Unidos, a entrada do presidente Carter em 1976 desencadeia um afastamento entre os países, tendo a volta do programa nuclear com o intuito de proteger o território sul coreano. Seu fim efetivo se dá em 1979 com a entrada de um novo presidente na Coreia do Sul (FITZPATRICK, 2015).

²¹ De acordo com Krasner (1982), os regimes internacionais podem ser definidos como: “princípios, normas, regras e procedimentos de tomada de decisões ao redor dos quais as expectativas dos atores convergem em uma

de regras e procedimentos por meio de tratados e acordos para regular o comportamento dos Estados. Ademais, houve mudanças nas relações de poder entre os países em razão da ascensão estadunidense (HOBSBAWM, 1995, p. 240). Segundo a Comissão de Armas de Destruição em Massa (2006) o tratado busca:

[...] impedir a disseminação de armas nucleares, promover a cooperação nos usos pacíficos da energia nuclear e perseguir o desarmamento nuclear. Entrou em vigor em 1970. Em 1995, a duração do TNP foi estendida indefinidamente. 189 partidos aderiram ao TNP, incluindo os cinco estados nucleares China, França, Rússia, Reino Unido e EUA. Índia, Israel e Paquistão não aderiram e a Coreia do Norte anunciou sua retirada do tratado. Mais países aderiram ao TNP do que a qualquer outro acordo de limitação de armas ou desarmamento. O TNP representa o único compromisso vinculante em um tratado multilateral com o objetivo de desarmamento dos Estados nucleares²². (WEAPONS OF MASS DESTRUCTION COMMISSION, 2006, p. 34, tradução nossa).

Com o surgimento do interesse de outros países em desenvolver tecnologia nuclear, entra em vigor o Tratado de Não-Proliferação Nuclear. O objetivo do documento é a manutenção do *status quo* pelos países detentores de força atômica em que, para Waltz (1995), os mais afetados com o acordo foram Índia, Paquistão e Coreia do Norte²³, forçados a participar pelas superpotências.

Por outro lado, o intuito de manter o *status quo* parte dos EUA ao determinar uma política da qual age por meio da atuação dos atores domésticos com relação a nuclearização. O modelo de proliferação não é utilizado como mecanismo para solução de problemas de segurança e sim como forma de barganha para os demais Estados. Assim, determina-se uma política estadunidense tomando como base o modelo doméstico no qual, influenciada por atores no âmbito interno (*policymakers*), fortalece e dissemina uma política de não-proliferação mais precisa (SAGAN, 1997, p. 63-64).

Todavia, Waltz (2002) afirma que um Estado procura obter arma nuclear motivado pelo medo que possui, e instrumentaliza tal arma de modo a garantir a manutenção da ordem interna,

dada área-tema” (p. 185). Isto é, o estabelecimento de acordos para cessar a proliferação nuclear cria bases para estabelecer um regime internacional.

²² Excerto Original: [...] seeks to prevent the further spread of nuclear weapons, to promote cooperation in the peaceful uses of nuclear energy, and to pursue nuclear disarmament. It entered into force in 1970. In 1995, the duration of the NPT was extended indefinitely. 189 parties have joined the NPT, including the five nuclear-weapon states China, France, Russia, the UK and the US. India, Israel and Pakistan have not joined. and North Korea has announced its withdrawal from the treaty. More countries have acceded to the NPT than to any other arms limitation or disarmament agreement. The NPT represents the only binding commitment in a multilateral treaty to the goal of disarmament by the nuclear-weapon states (WEAPONS OF MASS DESTRUCTION COMMISSION, 2006, p. 34).

²³ Waltz (1995) os classifica como membros de um mesmo grupo, o de países que querem desenvolver programas nucleares. Dessa forma, a questão desses países é seu *status* dentro do TNP. A Índia e o Paquistão não assinaram o Tratado no início pois de acordo com o autor ambos os países não tinham parceiros que detentores de tecnologia nuclear, dessa forma buscaram desenvolver a própria. Já no caso da Coreia do Norte, este ratificou o tratado em 1985 porém culminou em programas nucleares clandestinos (WALTZ, 1995).

ou ampliar sua dominação externa. (1995, p. 6). Logo, na análise realista defensiva de Waltz o aumento do arsenal nuclear está vinculado a ideia de segurança visando garantir a sobrevivência de seu Estado (WALTZ, 2002, p. 132). Isto é, cabe como justificativa para Kim Jong-Il buscar maximizar suas capacidades militares para se preservar dentro do sistema internacional.

Os anos seguintes levaram a confirmação de que os norte-coreanos não estavam aplicando os preceitos pacíficos frisados pela AIEA, levando os Estados Unidos a pressionar o país a entrar no Tratado de Não Proliferação Nuclear. No período da Guerra Fria países buscaram aperfeiçoar seu poderio militar, gerando um impacto na estabilidade internacional. Contudo, países como Índia, Paquistão e Coreia do Norte são classificados como novos Estados proliferados pois afetam ainda mais o sistema internacional devido ao enfraquecimento dos seus regimes políticos (GONTIJO, 2016).

Destarte, de acordo com Waltz (1995) um dos motivos propulsores para a Coreia do Norte querer armas nucleares é o sentimento de medo e ameaça devido ao seu posicionamento geopolítico e a falta de apoio externo. Dessa forma, obter arsenal nuclear serve como mecanismo político para gerar estabilidade, visto que “a paz tornou-se o privilégio dos Estados que possuem armas nucleares, enquanto as guerras são travadas por aqueles que não têm” (Ibidem, 1995, p. 11).

Com a descoberta de plutônio no território norte coreano, Pyongyang viu-se prejudicada dentro de um tratado internacional devido a limitação o de suas capacidades militares. Ademais, a instabilidade entre as potências ao redor do país e o comportamento estadunidense sobre a Coreia do Sul, define a política externa norte-coreana como uma busca por sobrevivência ao delimitar a construção de armas nucleares como objeto de barganha internacional e manutenção da sua segurança. Assim, o maior desafio no processo de desarmamento é buscar soluções e desenvolver políticas das quais os Estados se sintam seguros ao ponto de não precisarem produzir armas (WEAPONS OF MASS DESTRUCTION COMMISSION, 2006, p. 27).

Dessa forma, uma das variáveis que enfraquecem o regime de não-proliferação nuclear é a Coreia do Norte, mais especificamente pela perpetuação do seu programa nuclear (BRAUN; CHYBA, 2004). Além disso, uma vez que o país não faz parte de um tratado, esse não se sujeita a cumprir com as normas e regras impostas, muito menos as punições.

Portanto, mesmo que exista a pressão internacional por meio de sanções, e que sejam formulados novos métodos de negociação, é extremamente improvável que a Coreia do Norte abandone seu arsenal nuclear e volte ao regime de não proliferação (JEON, 2011). Como

resultado, a Coreia do Norte saiu do Tratado de Não-Proliferação em 2003, após a crise dos mísseis, ocorrida no ano anterior.

O que concede legitimidade ao TNP é que esse tratado, de acordo com Meyer (2017) determinou uma base para a ordem de segurança global, ao agrupar 191 Estados-membros em um objetivo de promover o desarmamento nuclear mundial. Na mesma linha, o *Council on Foreign Relations* (2012) considera o atual regime de não proliferação nuclear como um caso profundamente desenvolvido de direito internacional. Algumas análises, como as citadas, entendem serem positivos os resultados obtidos pelo TNP no Pós-Guerra fria.

A questão da segurança militar e a proliferação de armas nucleares está presente na agenda política dos países desde o século anterior. A Coreia do Norte tem demonstrado interesse no aumento de seu arsenal, sendo visto por outros países de forma negativa. Devido a isso, a política estadunidense mudou de acordo com o presidente eleito, mostrando o comportamento coercitivo do presidente Bush e a flexibilização adotada com a paciente estratégia do Obama no início do seu mandato.

Todavia, segundo Monteiro e Debs (2014, p. 9-10), a disseminação de armas nucleares é um processo dinâmico que interfere nos interesses dos Estados. A interação dos atores é moldada pelo interesse em impedir um ataque, isto é, tem um caráter preventivo mediante a aquisição. Contudo, no que tange a Coreia do Norte, o estabelecimento de armas nucleares serve como instrumento de barganha com os países, visto o apoio recebido pela União Soviética e Estados Unidos ao longo dos anos.

Ademais, a nuclearização norte coreana desencadeou um ambiente hostil em que provocou a sua entrada no Tratado de Não Proliferação. Entretanto, a RPDC sofreu sanções internacionais por não cumprir com o tratado e permanecer na produção de armamentos nucleares com o intuito de obter independência econômica e militar, levando os EUA a aproximar-se do país com o objetivo de impedir a nuclearização.

No entanto, política adotada pelo presidente George W. Bush de 2001 em diante também influenciou a segunda crise nuclear entre Pyongyang e Washington levando, por fim, a saída da Coreia do Norte do tratado em 2003. Diante do exposto, o próximo capítulo esboça os acontecimentos e a relação estabelecida entre George W. Bush e Kim Jong-Il ao longo dos dois mandatos do presidente estadunidense.

3. A OFENSIVA ESTRATÉGICA ESTADUNIDENSE PERANTE A COREIA DO NORTE

O presente capítulo tem como finalidade corroborar acerca da interação entre Coreia do Norte e Estados Unidos no início do século XXI e ao longo da administração do presidente, visto ter sido marcado pelo endurecimento da política de segurança estadunidense, causando profundas mudanças nas relações dos Estados Unidos com países detentores de armas nucleares. Ademais, traz aspectos singulares do comportamento adotado pelo líder norte-coreano em resposta as ações estadunidenses.

George W. Bush foi eleito presidente em 2000. Entretanto após o ataque terrorista do 11 de setembro em 2001, o presidente Bush adota uma doutrina ofensiva de combate ao terrorismo, do qual enrijece sua relação com a Coreia do Norte (BRITES, 2018, p. 67). Por meio de uma política ofensiva, Bush busca aliados para legitimar a Guerra ao Terror²⁴ iniciada em 2001 e ratifica a nova postura dos EUA no discurso feito em 2002 ao estabelecer o eixo do mal para determinar países dos quais são uma ameaça para o sistema internacional. Ademais Washington alegava que a Coreia do Norte, Irã e Iraque patrocinavam o terrorismo (LEE, 2007, p. 1). Dessa forma, o presidente afirmou em seu discurso:

Estados como esses e seus aliados terroristas constituem um eixo do mal, ameaçando a paz do mundo. Ao buscar armas de destruição em massa, esses regimes representam um perigo grave e crescente. Eles poderiam fornecer essas armas aos terroristas, dando-lhes os meios para igualar seu ódio. Eles poderiam atacar nossos aliados ou tentar chantagear os Estados Unidos. Em qualquer um desses casos, o preço da indiferença seria catastrófico²⁵. (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2002).

Dessa forma, o presidente muda bruscamente o foco da sua política doméstica para internacional, confirmado pelo discurso do qual minou esforços para solução pacífica e de curto prazo para a questão nuclear. Contudo, a Coreia do Norte implicava mais insegurança para os Estados Unidos devido a prova física de seu arsenal nuclear por meio do *Taepodong I* além da tecnologia adquirida pelo Paquistão e a continuação da exploração de urânio na região (CLEMENS, 2016). Esse comportamento reforça a preocupação do presidente ao enquadrar a Coreia do Norte dentro do eixo do mal, pois grupos terroristas não têm condições de estabelecer

²⁴ Traduzido de “*Global War on Terror*” é um expressão utilizada para designar uma campanha militar contra o terrorismo, utilizada pelo presidente George W. Bush como parte de sua estratégia militar global.

²⁵ Exerto original: “States like these, and their terrorist allies, constitute an axis of evil, arming to threaten the peace of the world. By seeking weapons of mass destruction, these regimes pose a grave and growing danger. They could provide these arms to terrorists, giving them the means to match their hatred. They could attack our allies or attempt to blackmail the United States. In any of these cases, the price of indifference would be catastrophic”.

uma infraestrutura para produzir armas de destruição em massa, aumentando a desconfiança de países com falta de estabilidade política.

Com a saída do Tratado de Não-Proliferação em 2003, a Coreia do Norte causa um impacto na hegemonia nuclear levando Washington a iniciar negociações multilaterais por meio do diálogo entre o *Six-Party Talks*, do qual participaram seis países incluindo a RPDC. De acordo com Hayes (2007), as negociações podem ser explicadas como:

A resposta da administração Bush, já consumida com a guerra global ao terror e os crescentes custos da ocupação do Iraque, foi lançar em abril de 2003 negociações multilaterais envolvendo as duas Coreias, Rússia, Japão, China e Estados Unidos, organizadas por China. Em dezembro de 2005, quatro rodadas dessas conversações de seis partes não conseguiram cumprir nenhum compromisso concreto de Pyongyang de reverter seu programa de armas nucleares²⁶. (HAYES, 2007, p. 129).

Os diálogos foram divididos em seis rodadas de debates e se estenderam até 2007, ano em que a Coreia do Norte ratificou encerrar seu programa nuclear em troca de combustível. O principal intuito era encontrar uma solução pacífica para o projeto de segurança nuclear norte-coreana. Por meio do diálogo os países acordaram com medidas das quais iriam guiar as futuras negociações (LEE, 2007). Todavia, não impediu o país de continuar a produção do seu arsenal.

Por mais que a Casa Branca tenha afirmado que não tinha interesse em atacar Pyongyang, o acordo estabelecido em 2005 pelo *Six-Party Talks* não determinou como a energia seria providenciada para a Coreia do Norte, contudo afirmava que este não poderia deter capacidades nucleares (CLEMENS, 2016, p. 222-223). Após alguns anos a Coreia do Norte fez seu primeiro teste nuclear oficial, em 2006. O teste foi considerado um fracasso diplomático pelos EUA, em que este não iria considerar o país uma ameaça nuclear.

Contudo, no mesmo ano, o presidente Bush elaborou uma nova política de segurança que manteve-se válida até os últimos anos de seu governo. O presidente George W. Bush adotou medidas ofensivas e unilaterais em seu primeiro mandato, porém mudou para um ambiente de diálogo a partir do segundo mandato.

No segundo mandato, o presidente buscou estabelecer relações diplomáticas, tendo como resultado dois acordos, um em 2005, que estabelecia princípios para guiar as futuras discussões e outro em 2007, para desmontar o complexo do *Yongbyon* (PRITCHARD, 2007). Em contrapartida, o discurso norte coreano se resumia a barganha, tendo como foco a

²⁶ Excerto original: The response of the Bush administration, already consumed with the global war on terror and the escalating costs of the occupation of Iraq, was to launch in April 2003 multilateral negotiations involving the two Koreas, Russia, Japan, China and the United States, hosted by China. By December 2005, four rounds of these six-party talks had failed to deliver any concrete commitment by Pyongyang to reverse its nuclear-weapons programme (HAYES, 2007, p. 129).

construção de reatores nucleares de água leve. Todavia, havia um impasse nas discussões, onde a Coreia do Norte aumentou as tensões com o teste de mísseis em 2006.

Essa ação levou a uma descrença nas negociações geradas pelo *Six-Party Talks*, tendo sua última rodada iniciado em 2007, reforçando a necessidade de aplicar a declaração conjunta produzida dois anos atrás (MOORE, 2008, p. 14). Ademais, nos anos que subsequentes só confirmaram o fracasso nos esforços em desnuclearizar a Península Coreana. Dessa forma, o próximo tópico descreve os primeiros quatro anos de governo do presidente Bush e quais ações foram tomadas com relação a Coreia do norte.

3.1- Governo Bush e o início do século XXI

Ao assumir o governo em 2001, George W. Bush foi o propulsor de mudanças significantes para a política externa dos Estados Unidos. Devido ao ataque do 11 de setembro, no mesmo ano de sua posse, a Guerra contra o Terror dominou sua agenda de política externa e provocou a invasão do país ao Afeganistão e, alguns anos mais tarde, ao Iraque. Lidando com um inimigo sem face ou um país específico, o medo moldou a segurança estadunidense levando a uma política unilateral e ofensiva (HOZIC, 2006, p. 52).

De acordo com Clemens (2016) “A equipe de Clinton abriu a porta para um sim com Pyongyang. Em 2001, a Casa Branca de Bush fechou a porta²⁷” (p. 206). Isto é, quando Bush assumiu o governo, sua principal abordagem política foi intitulada como “ABC” - *Anything But Clinton*. Dito isso, a política externa do presidente Clinton buscava estabelecer uma relação bilateral entre os países e, no que tange a Coreia do Norte, tinha como objetivo apaziguar as discussões (MOON; BAE, 2003, p. 13). Estabeleceu uma relação multilateral e regional com o intuito de não repetir o que foi aplicado na administração anterior. Além disso, Moon e Bae (2003) afirmam que os EUA “têm procurado aplicar pressões multilaterais para isolar, conter e transformar a Coreia do Norte por meio de sanções e medidas relacionadas”²⁸ (p. 10, tradução nossa).

Pritchard (2007) entende que a escolha do grupo estadunidense responsável pelas discussões na Península Coreana não detinha nenhum membro especializado em Coreia, mostrando uma desvantagem no início das negociações. Dessa forma, a utilização de uma

²⁷ Excerto original: The Clinton team opened the door partway to yes with Pyongyang. In 2001 the Bush White House slammed it shut (CLEMENS, 2016, p. 206).

²⁸ Excerto original: The United States has sought to apply multilateral pressures to isolate, contain, and transform North Korea through sanctions and related measures (MOON; BAE, 2003, p. 10).

abordagem militar além de preencher o vácuo do seu grupo de diplomatas que não eram especialistas na região, o presidente almejava pressionar a Coreia do Norte a encerrar seu arsenal nuclear em conjunto com países ao situados ao redor da península.

No ano 2000, a Coreia do Norte passou a ter uma relação mais cordial com a Coreia do Sul e os Estados Unidos em que o diálogo amaciou o próprio posicionamento do Kim Jong-Il com relação ao seu programa nuclear. Entretanto, durante sua campanha presidencial, Bush expressava cautela ao debater assuntos como uso da força militar (PACHECO, 2015, p. 78). Todavia, Bush estabeleceu a Coreia do Norte e outros países como prioridade na agenda de segurança.

A primeira guerra do século para os Estados Unidos tem seu estopim com o ataque do 11 de setembro em que o presidente Bush provoca mudanças drásticas no âmbito militar e político. Tais modificações determinaram a Doutrina Bush, do qual determinaram o caminho da sua política externa desde 2001 até 2009. Esta doutrina é composta por quatro elementos:

Uma forte crença na importância do regime interno de um Estado na determinação de sua política externa e no julgamento relacionado de que este é um momento oportuno para transformar a política internacional; a percepção de grandes ameaças que só podem ser derrotadas por políticas novas e vigorosas, principalmente a guerra preventiva; disposição para agir unilateralmente quando necessário; e, como uma causa e um resumo dessas crenças, uma sensação primordial de que a paz e a estabilidade exigem que os Estados Unidos afirmem sua primazia na política mundial²⁹. (JERVIS, 2003, p. 365, tradução nossa).

Esse posicionamento pelo presidente se dá na adoção de valores expressos ao longo da sua administração. Assim, Bush acreditava que sua política externa deveria vincular-se a questões morais, sendo expresso esse pensamento de forma unilateral ao aplicar esforços que promovam os interesses estadunidenses para projetar um poder hegemônico. Essa ação se dá por meio de um comportamento ofensivo com relação a Coreia do Norte (MOON; BAE, 2003).

A adoção de um comportamento ofensivo é consequência da estrutura do sistema internacional que força os Estados, principalmente as grandes potências, a agirem agressivamente umas contra as outras. Sendo os EUA o ator de maior impacto na política internacional, adota medidas revisionistas para manter sua posição hegemônica frente rivais (MEARSHEIMER, 2001).

²⁹ Excerto original: The doctrine has four elements: a strong belief in the importance of a state's domestic regime in determining its foreign policy and the related judgment that this is an opportune time to transform international politics; the perception of great threats that can be defeated only by new and vigorous policies, most notably preventive war; a willingness to act unilaterally when necessary; and, as both a cause and a summary of these beliefs, an overriding sense that peace and stability require the United States to assert its primacy in world politics. (JERVIS, 2003, p. 365).

Dessa forma, por meio de uma política revisionista, os EUA remodelaram o sistema internacional de acordo com as necessidades suscitadas em face do terrorismo. Assim, o presidente inicia uma Guerra Global ao Terror em que o inimigo é uma rede internacional de terroristas juntamente com os Estados que os patrocinam (PACHECO, 2015, p. 79). Contudo, mesmo lidando com um novo ator no cenário internacional, Bush, em seu discurso presidencial destinado ao Congresso americano em janeiro de 2002, estabelece alguns países como seus principais inimigos, sendo estes a Coreia do Norte, Irã e Iraque, conhecidos como o Eixo do Mal.

Em sua fala, Bush determina que Estados cujo objetivo é desenvolver armas de destruição em massa ameaçam a estabilidade do sistema internacional. Jervis (2003) explica esse comportamento como consequência da estrutura em que os Estados Unidos se encontravam, isto é, a utilização do terrorismo pelos Estados fracos tendo Washington que reafirmar seu poder no sistema internacional.

Logo, o argumento gerado pelas grandes potências, na visão de Mearsheimer (2001) ocorre devido a necessidade de estabelecer hegemonia sobre determinada região do mundo, não sendo possível ir além em razão da distância territorial. Todavia, as potências também buscam superioridade sobre seus inimigos, levando aos Estados Unidos aplicarem ações unilaterais e ofensivas com relação ao comportamento da Coreia do Norte.

Todavia, levando em consideração a narrativa de segurança, o estabelecimento do Eixo do Mal pelo presidente identifica a Coreia do Norte e os demais como ameaça para legitimar uma determinada política a supostos países cuja as capacidades militares são inferiores às do EUA, sendo o caso da invasão ao Afeganistão e posteriormente ao Iraque (CORRIAS, 2014, p. 42).

Ademais, Washington estava preocupado não apenas com esses três Estados, como também com os chamados *Rogue States*³⁰ no geral, dando abertura para as instituições militares estadunidenses estabelecerem uma política externa determinada pelo sistema político doméstico (GONTINJO, 2016). Assim, determinar um Estado como “*Rogue*” para os EUA advém da articulação política militar que justifique o novo ambiente de segurança para o país ou que tenha algum interesse financeiro.

³⁰ O conceito de *Rogue States* está atrelado a perspectiva do Estado ao identificar uma ameaça a segurança de outro país por meio do descumprimento das leis internacionais e desenvolvimento de armamento nuclear, configurando uma instabilidade a paz e a estabilidade dentro do sistema internacional. Traduzido para “Estados Pária” são países de “Terceiro Mundo, com amplas forças militares e programas de desenvolvimento de Armas de Destruição em Massa (ADMs), percebidos como hostis pelos Estados Unidos, como ‘foras da lei nucleares’ e ameaças à ordem mundial vigente” (GONTINJO, 2016, p. 32).

A ditadura militar exercida na RPDC configura uma ameaça direta aos Estados Unidos. Nas palavras do presidente Bush, um país que preza seu arsenal militar ao invés dos seus cidadãos, é um regime que busca perturbar a estabilidade do sistema internacional. Esse argumento serve de base para estabelecer a Coreia do Norte como *Rogue State*, em que a construção social estratégica do termo traz para os Estados Unidos uma justificativa para manter a estrutura de poder predominante.

Marcando alguns países como "estados párias", o ator de rotulagem já se encaminha para um confronto, bloqueando certos cursos para ação (futura). O uso da metáfora "desonesta" geralmente gera uma política mais hostil, direcionada para a futura contenção do alegado Estado ameaçador, permitindo o uso preventivo da força militar que é frequentemente voltada para a mudança de regime³¹. (WUNDERLICH, 2014, p. 91).

Destarte, o governo do presidente Bush utilizou-se desses argumentos na elaboração do *The National Security Strategy of the United States of America* em 2002. Tal documento ratifica a luta do país em busca de paz e democracia, além de declarar que irá agir unilateralmente em nome do direito de autodefesa. Todavia, o documento também mina a possibilidade de uma ação preemptiva contra qualquer ameaça à segurança nacional, sendo uma política que regeu o comportamento de Bush com relação aos países dentro do Eixo do Mal.

Diferentemente da definição de guerra preventiva, a ação preemptiva afirma que os Estados Unidos irão agir contra ameaças emergentes, isto é, "refere-se à legitimidade do uso de força militar contra uma nação que pode se constituir em ameaça em um futuro próximo" (PACHECO, 2015, p. 83). Esse tipo de ação foi tomado na Guerra contra o Iraque, em 2003, tomando como justificativa o sentimento antiterrorista contra Saddam Hussein.

Todavia, Clemens (2016) afirma que, no que tange a essa política com relação a Coreia do Norte, Washington aplicou uma ação mais preventiva, de tentar conter uma ameaça que pode ocasionar um ataque futuro, do que uma ação preemptiva visando neutralizar um iminente ataque. Em 2002, a Coreia do Norte efetuou duas ações para caminhar com sua nuclearização: primeiro a sua admissão no programa de urânio altamente enriquecido³² (HEU) e a expulsão dos inspetores da AIEA, após a descoberta do seu reator *Yongbyon*, produtor de plutônio. No ano seguinte, ocorre a sua saída do Tratado de Não-Proliferação ocasionando a atual quase-crise na península coreana (MOON; BAE, 2003, p. 10).

³¹ Excerto original: By labeling some countries as 'rogue states', the labeling actor already heads for a confrontation thus blocking certain courses for (future) action. Using the 'rogue' metaphor usually engenders a more hostile policy, directed towards the future containment of the alleged threatening state, allowing for preemptive use of military force that is often aimed towards regime change (WUNDERLICH, 2014, p. 91).

³² Tradução da autora: *highly-enriched uranium (HEU) program*.

A resposta dos Estados Unidos a essa retirada foi o descumprimento do KEDO e o início de discussões multilaterais por meio do *Three-Party Talk*, em 2003, formado pela Coreia do Norte, Estados Unidos e China, com o intuito de buscar resoluções pacíficas. A entrada da Beijing nas discussões se dá por dois motivos: devido a sua capacidade militar e para mediar as discussões entre os dois países. Mearsheimer (2001) caracteriza uma grande potência por meio da sua capacidade militar relativa, tendo o Estado recursos suficientes para travar uma guerra contra outros Estados mais fortes. Sendo assim, a China é considerada uma potência militar no Leste Asiático e é utilizada pelos EUA como mecanismo geopolítico durante as discussões entre os dois países.

Pyongyang tinha a intenção de se reunir bilateralmente com Washington, todavia a administração do Bush não queria cometer os mesmos erros do governo Clinton com um ambiente multilateral que incluía uma série de discussões bilaterais pelo *Agreement Framework* (PRITCHARD, 2007, p. 57).

Entretanto, o *Three-Party Talk* foi considerado um fracasso apesar dos esforços despendidos pela China no processo de negociação entre os dois países. O grupo aumentou o número de membros no mesmo ano, ao incluir Coreia do Sul, Japão e a Rússia nas discussões, mudando o nome para *Six-Party Talks* (LALIBERTÉ, 2006, p. 175).

O intuito principal das discussões era criar mecanismos para convencer a Coreia do Norte a interromper a emergente crise nuclear. A participação chinesa como mediadora durante as discussões é um fator relevante pois foi visto como fator unificador ao longo das negociações, além de fornecer assistência ao governo norte coreano por meios secundários e econômicos. *O Six-Party Talks* perdurou graças ao papel construtivo de Beijing.

Por meio da política “*dismantle first, talk later*”, Bush adotou uma discussão multilateral para aumentar a pressão dos demais países com relação a RPDC. No mesmo ano foi fundado a Cooperação Econômica Ásia Pacífico (APEC) e a resposta de Washington com relação a isso foi estreitar as relações com a Coreia do Norte, agora a política adotada era “*dismantle first, security assurance later*” (MOON; BAE, 2003, p. 16-17).

Inicialmente, cada país que englobava o *Six-Party Talks* tinha uma intenção diferente com a criação desse ambiente multilateral. Contudo, os interesses originários das discussões passam por mudanças ao longo da evolução dos debates, não sendo essa pretensão responsável pelo fracasso ou sucesso do *Six-Party Talks*. Dessa forma, pode ser visto abaixo por meio de um quadro informando a posição de cada país no início das discussões:

Quadro 2 - Pretensão dos países em 2003 com o *Six-Party Talks*:

China	Coreia do Norte	Coreia do Sul	Estados Unidos	Japão	Rússia
Preservar a paz e estabilidade na região do Leste Asiático; Prevenir intensificações de tensões fora do <i>Six-Party Talks</i> (prevenindo os EUA de tomar decisões unilaterais com relação a RPDC).	Gerenciar os limites os danos potenciais causados pelos EUA; Buscar estabelecer uma conversa direta com os estadunidenses; Manipular a China e a Coreia do Sul para conquistar objetivos com relação aos EUA; Buscar garantir benefícios na segurança e economia em troca de concessão nuclear.	Evitar agravamento das tensões na Península; Preservar a aproximação Norte-Sul; Eliminar o programa nuclear da Coreia do Norte.	Eliminar o programa nuclear da Coreia do Norte; Punir a RPDC pelas violações cometidas nos tratados anteriores; Mudar o regime de forma efetiva.	Manter acesso na Coreia do Norte; Manter a aliança solidária com os EUA em relação à proliferação de armas norte-coreanas.	Ser visto como um <i>Pacific Player</i> ; Posicionar-se, como fornecedor de bens e serviços, para aproveitar as vantagens econômicas oferecidas à Coreia do Norte em um acordo negociado.

Fonte: Elaboração própria, com base Pritchard (2007, p. 97).

A primeira rodada das discussões teve seu início em agosto de 2003 e os países não conseguiram chegar a uma declaração conjunta. Dessa forma, foi compartilhado as preocupações de cada Estado que se resumiam em estabelecer um diálogo pacífico tendo como objetivo desnuclearizar a Península Coreana. Contudo, a posição adotada pelos Estados Unidos foi coercitiva, buscando tratar, por exemplo, de sanções econômicas que produzem resultados concretos (KIM, 2005, p. 81). Segundo Magalhães:

Ao longo dos meses seguintes a tensão entre os dois países aumentou: a construção dos reatores e o levantamento das sanções econômicas continuavam atrasados; a Coreia do Norte permaneceu na lista de países que patrocinavam o terrorismo (...) bloqueando o acesso dos norte-coreanos às instituições financeiras internacionais; e a estratégia de defesa antimíssil norte-americana levou os norte-coreanos a ameaçarem rever o seu compromisso de 1999 relativo ao programa de mísseis. (MAGALHÃES, 2006. p. 92).

Em 2004 tiveram duas rodadas, uma em fevereiro e outra em junho em que ambas tiveram uma postura lenta com relação ao debate do tema em questão. A China reforçou os demais países a participarem com mais veemência das reuniões para que haja a formulação de políticas. Após um hiato de treze meses, tem-se a quarta rodada das discussões em que Bush adota uma postura diferente com relação ao seu primeiro mandato, buscando uma abordagem mais diplomática com relação a Pyongyang (MELCHIONNA, 2014). Diante do exposto, o próximo tópico trata do desenvolvimento do arsenal nuclear norte-coreano e qual a percepção deste com relação ao comportamento incisivo estadunidense.

3.2- Enfrentamento norte-coreano e seu arsenal nuclear

O programa nuclear e balístico norte coreano extrapola diferentes momentos de engajamento e rejeição do sistema internacional. A percepção das armas nucleares por Pyongyang é tida como um garantidor e um equalizador final para sua segurança (PARK, 2010, p. 27). Já a busca extrema da sua segurança nacional é considerada, pelos Estados Unidos, como uma violação a diversos regimes de não proliferação.

Sagan (1997) afirma que o regime de não-proliferação implantado pelos EUA serve para retardar o desenvolvimento e aquisição de armas nucleares. Todavia, as motivações para um Estado desenvolver seu arsenal nuclear advêm da necessidade de equilibrar forças contra seu rival, em prol da sua segurança nacional.

O referido programa, gerou diversas ações unilaterais por ambos os Estados, o que levou à deterioração da relação deles dificultando também a tomada de decisão no que tange a desnuclearização. Assim, Kim (2005) afirma que a partir do momento que houve uma contenção para que houvesse um isolamento, ocasiona um confronto que se deu inicialmente regional e passa a ser internacional.

A interação com os EUA estreitou-se após o discurso proferido pelo presidente Bush, em 2002, que enquadrou a RPDC dentro do Eixo do Mal. O Primeiro Ministro norte-coreano da época, Kang Sok-ju, afirmou: “Nós somos parte do eixo do mal e você é um cavalheiro. Esse é o nosso relacionamento. Não podemos discutir assuntos como cavalheiros. Se nos desarmarmos por causa da pressão dos EUA, então nos tornaremos como a Iugoslávia ou o Taleban do Afeganistão [...]”³³ (PRITCHARD, 2007, p. 25).

Kim Jong-Il utilizou-se dos mísseis como instrumento de barganha para gerar negociações com os Estados Unidos ao ameaçar sua saída do TNP e continuar a desenvolver seu arsenal nuclear. Sob a ótica neorrealista ofensiva, barganha e guerra são instrumentos essenciais para adquirir poder, enquanto as grandes potências utilizam-se da ultrapassem como estratégia contra potenciais rivais (MEARSHEIMER, 2001).

Washington considerava tal movimento como afronta à segurança do seu país. Em 2002, a Coreia do Norte declarou que os Estados Unidos violaram o *Agreement Framework* de 1994, na medida em que não houve a construção dos reatores nucleares de água leve e não tinha sido enviado combustível para o país. Em contrapartida às ações norte coreanas, os EUA

³³ Excerto original: We are part of the axis of evil and you are a gentleman. This is our relationship. We cannot discuss matters like gentlemen. If we disarm ourselves because of U.S. pressure, then we will become like Yugoslavia or Afghanistan's Taliban [...] (PRITCHARD, 2007, p. 25).

pressionaram o KEDO a suspender as entregas feitas mensalmente à RPDC (KIM, 2005, p. 80).

As respostas de Pyongyang após as sanções estadunidenses foram a entrada no HEU e a saída do TNP, ratificando que Kim Jong-il não tinha interesse de desnuclearizar a península sem antes ter certeza que sua segurança estaria garantida. Assim, houve o reforço da doutrina *Songun* ao modernizar as capacidades militares ao máximo.

Conforme ilustra Mearsheimer (2001, p. 95) a “chantagem é uma alternativa mais atraente, porque depende da ameaça da força, e não do uso real da força, para produzir resultados”³⁴. A barganha é a estratégia mais interessante para os Estados menores, pois pode alterar a convencional disparidade de poder. Para tanto, Monteiro e Debs (2014, p. 12) afirmam que, para entender a proliferação nuclear é necessário “caracterizar a atratividade das armas nucleares para o potencial proliferador, a credibilidade das ameaças de guerra preventiva de um adversário e a eficácia das garantias de proteção ou ameaças de abandono de um aliado”³⁵.

Por meio de uma série de ações e reações, Kim Jong-il utiliza-se do desenvolvimento do seu arsenal nuclear para barganhar por sua sobrevivência enquanto Washington esforça-se em conter a Coreia do Norte e manter um equilíbrio de poder³⁶. Logo, o programa nuclear é a reação da Coreia do Norte à sua preocupação com as ameaças externas que põem em risco sua própria sobrevivência. (PARK, 2010, p. 27). Dessa forma, Lieber e Press (2017) explicam que:

Em sua essência, a teoria da dissuasão nuclear repousa em duas proposições simples. Primeiro, os países não atacarão seus adversários se esperarem que os custos excedam os benefícios. Em segundo lugar, as armas nucleares permitem que países, mesmo os relativamente fracos, infligam níveis sem precedentes de dano àqueles que os atacam. Juntas, essas proposições sugerem que as armas nucleares são os instrumentos finais de dissuasão: nenhum benefício concebível de atacar um Estado com armas nucleares poderia valer o custo de ser atingido por armas nucleares em retaliação. Enquanto os arsenais nucleares sobreviverem, isto é, capazes de resistir ao primeiro ataque do inimigo e retaliar, as armas nucleares são uma tremenda força para a paz³⁷. (LIEBER; PRESS, 2017, p. 13).

³⁴ Excerto original: Blackmail is a more attractive alternative, because it relies on the threat of force, not the actual use of force, to produce results (MEARSHEIMER, 2001, p. 95).

³⁵ Excerto original: The key to understanding nuclear proliferation is to characterize the attractiveness of nuclear weapons to the potential proliferator, the credibility of an adversary’s threats of preventive war, and the effectiveness of an ally’s guarantees of protection or threats of abandonment.

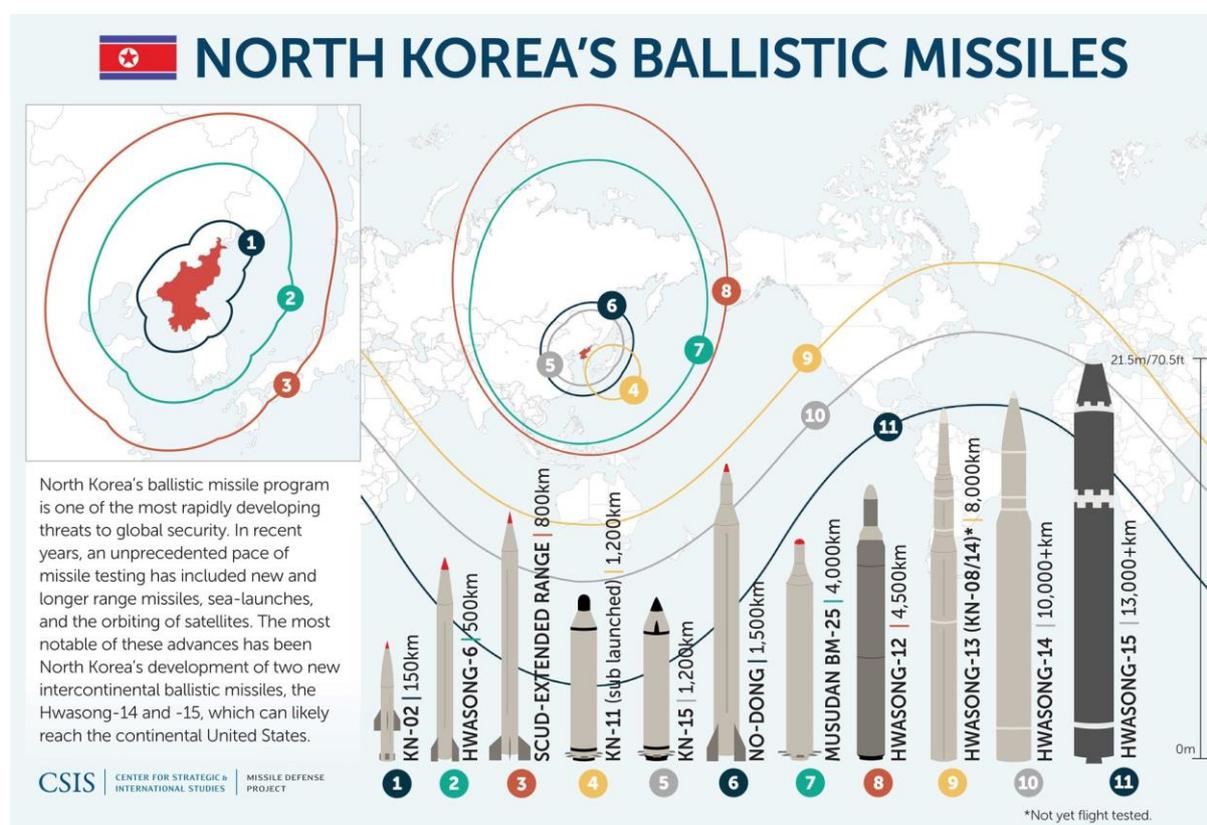
³⁶ De acordo com Mearsheimer (2001) as grandes potências dificilmente estão satisfeitas com a distribuição de poder. Portanto, utilizando-se da força, há uma competição entre potências para alterar o equilíbrio de poder sempre ao seu favor visto que a estrutura do sistema interna os leva a comportar-se agressivamente.

³⁷ Excerto original: At its core, nuclear deterrence theory rests on two simple propositions. First, countries will not attack their adversaries if they expect the costs to exceed the benefits. Second, nuclear weapons allow countries, even relatively weak ones, to inflict unprecedented levels of damage on those who attack them. Taken together, these propositions suggest that nuclear weapons are the ultimate instruments of deterrence: no conceivable benefit of attacking a nuclear-armed state could be worth the cost of getting hit with nuclear weapons in retaliation. As long as nuclear arsenals are survivable, that is, able to withstand an enemy’s first strike and retaliate, nuclear weapons are a tremendous force for peace (LIEBER; PRESS, 2017, p. 13).

Assim, Pyongyang não tem o interesse de adentrar em um conflito ofensivo, entretanto visa o retorno de benefícios consequentes da proliferação. Isso é visto por meio do *Six-Party Talks* em que a Coreia do Norte constantemente frisava a necessidade de negociar substitutos para produção de energia no país, além de concessões necessárias como o recebimento de petróleo.

Todavia, as respostas estadunidenses à imparcialidade da Coreia do Norte ao longo das discussões levaram a adoção de sanções. Pressionado a adotar, Kim Jong-il responde com o retorno da sua produção nuclear e um teste de míssil, demonstrando suas capacidades militares. O alcance dos mísseis produzidos pela Coreia do Norte pode ser dividido entre pequeno, médio e longo alcance, demonstrando a agilidade no aperfeiçoamento de armas nucleares pelos norte coreanos como demonstrado na figura 1.

Figura 1 - Lançamento de Mísseis da Coreia do Norte: 1984-presente



Fonte: Center for Strategic & International Studies (1984-2017)³⁸.

Os testes efetuados pela RPDC mostram uma abordagem agressiva com relação às negociações que estavam sendo produzidas nos anos anteriores. Ademais, cada teste produzido

³⁸ Disponível em: <https://missilethreat.csis.org/country/dprk/>. Acesso em: 10 de jul. de 2019.

confirma os questionamentos levantados acerca da capacitação das armas nucleares norte coreanas.

Em contrapartida, Jervis (2003) considera que esse comportamento estadunidense com relação às ações norte-coreanas também advém do endossamento implícito da teoria da estabilidade hegemônica, em que o país sustenta um alto de gastos militares para que outros países não precisem desenvolver-se militarmente. Todavia, a RPDC vai de encontro a esse posicionamento por meio não apenas do desenvolvimento como também a efetuação de testes balísticos.

Contudo, a Coreia do Norte falha em promover sustento interno devido e as negociações continuam. Os Estados Unidos permanecem em um diálogo multilateral com o intuito de manter estabilidade e bem-estar na península coreana. O comportamento dos dois países demonstra uma série de instabilidades, dificultando estabelecer acordos concretos. Diante do exposto, o tópico a seguir traça tanto o comportamento com a interação dos países nos últimos anos de mandato do presidente Bush além de determinar o futuro do *Six-Party Talks*.

3.3 Segundo mandato do presidente George W. Bush

Reeleito em 2004, Bush inicia seu segundo mandato adotando um comportamento diferenciado com relação a Coreia do Norte. Em setembro de 2005, a reunião do *Six-Party Talks* levou a elaboração de um acordo conjunto do qual estabeleceu princípios para guiar as futuras negociações (WEAPONS OF MASS DESTRUCTION COMMISSION, 2006, p. 68). Sendo mais flexível, Washington estava disposto a tratar o problema de vez e estabelecer um acordo em conjunto em rodadas futuras do *Six-Party Talks*.

O documento acordado expressa alguns posicionamentos dos países participantes: a) ratifica o comprometimento norte coreano em abandonar seu programa nuclear; b) constata que os Estados Unidos não têm intenção de invadir a Coreia do Norte; c) constata que Pyongyang deve seguir os acordos firmados anteriormente; d) garante o direito que a RPDC tem de produzir energia nuclear sob fins pacíficos; e) propõe que todos os países membros vão buscar cooperar em prol da segurança no Nordeste Asiático (CLEMENS, 2016, p. 222-223). Em suma, procura estabelecer transparência e comprometimento nas negociações em razão da descrença que os países criaram com relação a aplicação de tratados por Kim Jong-II.

Contudo, Park (2010) afirma que ambos os países “concordam em desacordar” (p. 14). O grande avanço produzido na quarta rodada não durou graças ao teste nuclear efetivado em

2006 por Pyongyang. Após mais uma sanção provocada pelos EUA, Kim-Jong Il comprovou substancialmente a posse de armas nucleares para garantir seus interesses nas negociações.

A sanção aplicada foi por meio do Departamento do Tesouro, alertando aos bancos estadunidenses a não fazer negociações com a Coreia do Norte por meio do congelamento de transações efetuadas pelo Banco Delta Asia (BDA) para o país (MELCHIONNA, 2014, p. 154). Essa ação surtiu um efeito ofensivo por Kim Jong-Il, voltando atrás de tudo o que já tinha sido acordado e debatido.

A percepção de novas ameaças pode ser derrotada pela criação de novas políticas, contudo esse impasse levou o presidente Bush a repetir depois de anos o termo Eixo do Mal com relação a RPDC. Apesar das desavenças, os Estados Unidos estavam determinados a lidar com a situação e fazer com que o *Six-Party Talks* funcionasse, atingindo outro progresso com a rodada efetuada em 2007 em que Pyongyang concordou em fechar a instalação nuclear de Yongbyon e permitir que a AIEA voltasse a fazer inspeções no país, em retorno os países iriam oferecer assistência energética e econômica (MOORE, 2008, p. 14).

Todavia, durante a sexta rodada do *Six-Party Talks* a Coreia do Norte determinou que iria cumprir com o acordado caso a Coreia do Sul fornecesse mais petróleo para o país, resultando no fechamento de Yongbyon, sendo este confirmado pelos inspetores do AIEA. Em resposta ao comportamento do Kim Jong-Il, em 2008 Washington retira a Coreia do Norte da lista de Estados que promovem o Terrorismo, além do envio de petróleo e ajuda econômica pelos EUA e pela Rússia (BOTELHO, 2008, p.28).

O que parecia estar caminhando para uma vitória diplomática não perdura devido a instabilidade norte-coreana. Em 2009, Pyongyang efetua dois testes. O primeiro fracassou, porém o segundo despertou muita tensão no sistema internacional. De acordo com o secretário do Comitê Central do Partido dos Trabalhadores da Coreia do Norte, Choe Thae-bok, o teste foi efetuado com o intuito de defender a dignidade e soberania do país frente às sanções imposta pelos EUA nos anos anteriores. Assim, Kim Jong-Il pede a retirada mais uma vez os inspetores da AIEA do território norte-coreano (PARK, 2010, p. 17).

Dois mandatos presidenciais de *Six-Party Talks* falharam em prevenir que a Coreia do Norte se torne um Estado nuclear. Cooper (2009) afirma que a política externa estadunidense com relação a RPDC seguiu duas linhas: “acreditando no mesmo objetivo, mas dividido em ações de conquista de metas”³⁹ (p. 72). Estabelecer uma estrutura de negociações com

³⁹ Excerto original: [...] believing in the same goal, but divided over goal achievement actions (COOPER, 2009, p. 72).

Pyongyang demandou de um esforço diplomático, tanto multilateral como bilateral, que não resolveu as diferenças entre os países e não avançou nas discussões acerca da não-proliferação e sim as enfraqueceu. O capítulo seguinte traçará a mudança das discussões de acordo com o governo eleito. Dessa forma, Obama assume o governo em 2009 sem estabelecer uma política externa específica.

4. A PACIENTE ESTRATÉGIA ESTADUNIDENSE PERANTE A COREIA DO NORTE

O presente capítulo tem o intuito de ilustrar a mudança nas relações entre Washington e Pyongyang a partir de 2009. Por vinte anos, os Estados Unidos têm buscado estabelecer uma relação direta com a Coreia do Norte, seja por meio de engajamento em diálogos bilaterais, como ocorreu durante a Administração Clinton (1993-2001) por meio do *Agreement Framework*, ou por meio de um isolamento e desenvolvimento de discussões multilaterais geradas pelo Bush, conforme sugere Grelczyk (2012, p. 8). Todavia, Obama é eleito presidente e assume o cargo em janeiro de 2009, prometendo uma relação mais direta e flexível com os países da Ásia, em especial a Coreia do Norte, qualificada pelo seu predecessor como Eixo do Mal, e buscando estabelecer discussões pacíficas acerca da desnuclearização.

Entretanto, uma série de provocações feitas pela Coreia do Norte, já no primeiro semestre de 2009, resultam no fracasso de duas décadas de avanços e esforços diplomáticos, seja pelo emergente nordeste asiático, ou, seja pelos Estados Unidos. Isto é, apesar do engajamento em conversas multilaterais e estabelecendo acordos que caminham para uma península desnuclearização, o insucesso se deu por meio da volta norte-coreana com seu programa nuclear. Obama herdou da administração de Bush um cenário inamistoso de nuclearização em que restringiu o nível de diálogo entre os dois países (PRITCHARD; TILELLI, 2010, p. 7).

Diante do comportamento incerto que envolve a interação entre Estados Unidos e Coreia do Norte, questões de segurança definem a agenda política dos dois países. Diferentemente dos presidentes que o antecederam, Barack Obama buscou estabelecer diálogo e negociação com a RPDC no início do seu mandato como alternativa para solucionar conflitos internacionais (CLEMENS, 2016, p. 243). Porém outras prioridades foram tomadas ao longo da sua administração, mostrando um enfraquecimento nas relações com a Coreia do Norte. Contudo, ao tentar estabelecer um diálogo trouxe uma série de rodeios sem conclusões precisas.

Em consequência disso, a estratégia política do governo Obama em relação à Coreia do Norte é qualificada por Choi (2016, p. 63) como uma Paciente Estratégia que se resume em pressionar o regime norte coreano a se comprometer em buscar uma desnuclearização, por meio de interdições de armas e sanções. Traduzido de “*Strategic Patience*”, Choi (2016, p. 63) define essa abordagem como sendo uma política de ver e esperar (“*wait and see*”) que haja mudança nos cálculos estratégicos e percepções de ameaças pela Coreia do Norte. Isto é,

buscava aplicar uma abordagem em que os Estados Unidos deveriam esperar pacientemente pela Coreia do Norte decidir mudar seu cálculo estratégico.

Dessa forma, o presidente tinha a intenção de ampliar as relações diplomáticas, não apenas com a Coreia do Norte, mas também com outros países situados geograficamente com o intuito de constranger determinados países (RINEHART; NIKITIN, 2016, p. 6). Isto é, no caso norte-coreano tal ação ocorria por meio da utilização de uma hegemonia regional, com destaque para a China, que procurava pressionar a Coreia do Norte a adotar políticas em prol da não-proliferação.

Entretanto, Cooper (2009) afirma que fortalecer discussões bilaterais foi o principal foco estadunidense com relação a RPDC pois os Estados Unidos poderiam induzir a Coreia do Norte a reformular sua política por si só. Entretanto, a resposta de Pyongyang à promessa de diálogo proposto por Obama gerou uma série de provocações norte-coreanas (KLINGNER, 2012, p.113).

Seguindo a lógica do self-help, os Estados Unidos são uma ameaça para a integridade territorial norte-coreana, então a ameaça indireta por meio do seu programa nuclear é uma forma de garantir a própria sobrevivência (MEARSHEIMER, 2010, p. 80). Logo, o impasse entre os dois países não resolveu as tensões nucleares, pelo contrário, mais testes foram efetuados durante a administração do Obama.

Até o final do seu primeiro mandato a Coreia do Norte não regressou aos diálogos do *Six-Party Talks* como também não interrompeu sua produção e lançamento de testes nucleares. Por mais que o presidente estivesse evitando aproximar-se do país por meio coercitivo e militar, sua tentativa de oferecer soluções para a desnuclearização não obteve resultados graças a inflexibilidade norte-coreana. Assim, o primeiro tópico deste capítulo trata da estruturação da estratégia do governo Obama e quais comportamentos este adotaria com relação a Pyongyang.

4.1 Primeiro Mandato do presidente Barack Obama

No início a sua administração em 2009, Obama estava disposto a normalizar as relações com Pyongyang e estabelecer acordos de paz além da disposição em fornecer assistência energética e econômica. O presidente recém-eleito acreditava que a Coreia do Norte é um dos maiores desafios no que tange a não-proliferação e estava inclinado a oferecer um novo começo (CLEMENS, 2016, p. 236-237).

Contudo, o ex-presidente George W. Bush estabeleceu uma doutrina clara e sucinta devido ao cenário implantado pelo ataque terrorista ocorrido em 11 de setembro responsável

por guiar as decisões do seu governo ao longo de dois mandatos. Segundo Mahnken (2006, p. 63) adotar uma estratégia é relevante para o país devido a “identificação clara de objetivos políticos, na avaliação da vantagem comparativa em relação ao inimigo, no cálculo de custos e benefícios cuidadosamente e na análise dos riscos e recompensas de estratégias alternativas”.

A falta da elaboração de uma política norteadora pelo Barack Obama gerou dúvidas com relação à eficácia de sua política externa. Assim, o questionamento nos primeiros meses de governo trouxe como problemática qual seria a grande estratégia adotada pelo presidente para defender os interesses nacionais nos anos subsequentes.

A incerteza gerada pela Casa Branca levou a alegações de que “a verdadeira Doutrina de Obama é não ter doutrina alguma” (DREZNER, 2011, p. 57), pois sua política não estava caminhando para estabelecer uma estrutura para nortear o governo e sim atuava por meio de respostas aos acontecimentos vigentes.

No que tange a política adotada com relação a Coreia do Norte uma coisa estava certa: não seguir o mesmo modelo adotado durante o governo anterior, tendo como prioridade o âmbito interno, Obama busca redirecionar e expandir políticas domésticas (DUECK, 2015, p. 151).

Tendo sido eleito um presidente democrata, houve um certo alívio na Península Coreana, como também a criação de expectativas para o melhor andamento das discussões com *rogue states*. Porém, o que Obama tinha em mente no início do seu governo era:

reformular a imagem dos Estados Unidos no exterior, especialmente no mundo muçulmano; acabar com as guerras no Iraque e no Afeganistão; oferecer uma mão estendida ao Irã; ‘redefinir’ as relações com a Rússia como um passo para livrar o mundo das armas nucleares; provocar a cooperação chinesa em questões regionais e globais; e fazer a paz no Oriente Médio. Por sua própria conta, Obama buscou nada menos que dobrar o arco da história na direção da justiça e de um mundo mais pacífico e estável⁴⁰ (INDYK; LIEBERTHAL; et al, 2012, p. 1).

Contudo, a Coreia do Norte não era tão prioritária assim na sua agenda, visto que ao assumir seu governo tomou como principal foco resolver a crise financeira⁴¹ que assolava o país, sem mencionar as guerras herdadas pelo Governo, no Iraque e no Afeganistão, e que Obama prometera encerrar. Porém, com um teste balístico efetuado e a saída pública da RPDC do *Six-Party Talks*, ambos os eventos em abril de 2009, estabelece uma instabilidade na

⁴⁰ Excerto original: He would refurbish the United States' image abroad, especially in the Muslim world; end the wars in Iraq and Afghanistan; offer an outstretched hand to Iran; "reset" relations with Russia as a step toward ridding the world of nuclear weapons; elicit Chinese cooperation on regional and global issues; and make peace in the Middle East. By his own account, Obama sought nothing less than to bend history's arc in the direction of justice and a more peaceful, stable world (INDYK; LIEBERTHAL; et al, 2012, p. 1).

⁴¹ A crise econômica que aconteceu no ano de 2008, também denominada crise financeira, teve repercussão internacional e gerou um indício de escassez global de liquidez em dólares, piorando os termos de troca graças a queda do preço das commodities (CECHIN; MONTOYA, 2017, p. 150).

península e chama a atenção dos EUA (AHN, 2012, p. 69). Ademais, em maio do mesmo ano foi efetuado outro teste nuclear e o ministro das relações exteriores da Coreia do Norte afirmou que o país iria retroceder com relação aos avanços efetuados pelo *Six-Party Talks*.

Entretanto, para retomar às discussões, a RPDC exigia negociar dois pontos para cessar seu programa nuclear em que primeiro os “EUA reconhecem a Coreia do Norte como uma potência nuclear nos mesmos termos aplicados à Índia e ao Paquistão. A outra é que os EUA e seus aliados devem garantir a sucessão de regime pela família de Kim Jong-II, com a ajuda econômica”⁴² (KIM, 2010, p. 19). Porém, o discurso proferido por Washington era que Pyongyang deveria voltar a cumprir com suas obrigações anteriormente estabelecidos para que houvesse mais acordos.

Na tentativa de implementar esforços, a Secretária de Estado, Hillary Clinton (2009-2013), afirmou que os Estados Unidos estavam dispostos a trabalhar com a Coreia do Norte, se esta estivesse determinada a cumprir com os comprometimentos anteriores. Essa posição foi defendida durante o Fórum *Regional Association of Southeast Asian Nations* (ASEAN), em 2009. Porém, a tentativa de retornar um diálogo foi falha visto a troca de farpas entre a Secretária de Estado e o Primeiro Ministro da Coreia do Norte (CLEMENS, 2016, p. 241-242).

Assim, Obama seguiu linhas diferentes de seu predecessor em relação a sua diplomacia, e com isso a política externa estadunidense em 2010 se mostrou mais relutante em engajar-se diretamente com Pyongyang. Todavia, em março do mesmo ano um navio sul-coreano, *Cheonan* afundou próximo a linha limite ao norte da península. Após investigações foi comprovado que a Coreia do Norte foi responsável pelo ocorrido. Apesar de diversas negações por parte norte-coreana, os EUA juntamente com a República da Coreia reuniram uma junta militar em resposta ao incidente de *Cheonan* e, meses depois, o presidente Obama apertou as restrições financeiras com a Pyongyang (KLINGNER, 2012, p. 114).

Assim, em dois anos de governo, o Obama condenou as provocações feitas pela Coreia do Norte, pediu que cessasse seu programa nuclear, a volta norte-coreana para as discussões e o aumento de sanções quando necessárias. Dessa forma, foi estabelecida a *Strategic Patience* em que os EUA esperavam a volta de Pyongyang para as discussões enquanto Washington se mantém inflexível na retirada de sanções da Coreia do Norte (GRZELCZYK, 2012).

A *Strategic Patience* inverteu os papéis dos países, agora a Coreia do Norte passa a ser o personagem ativo e os Estados Unidos reage as ações tomadas por Kim Jong-un. O regime

⁴² Excerto original: [...] U.S. acknowledges North Korea as a nuclear power in the same terms applied to India or Pakistan. The other is that the U.S. and its allies must guarantee regime succession by Kim Jong-II's family, with economic aid [...] (KIM, 2010, p. 19).

nuclear em Pyongyang perdura, pondo dúvidas nas sanções e interdições das quais não reduziram o comportamento abordado pelo país. Enquanto Kim Jong-un desenvolve e testa seu arsenal nuclear, Obama espera pacientemente a volta da Coreia do Norte nas discussões.

Devido a busca contínua norte-coreana em desenvolver seu programa nuclear, a paciente estratégia é, segundo Choi (2016) contra intuitiva pois, ao levar em consideração que essas ameaças advêm de um regime caracterizado como imprevisível, irracional e repressivo, essa ação exige maior atenção dos formuladores de política externa estadunidense. Assim, a diplomacia de Obama e Kim Jong-Il não deixa um roteiro claro para a desnuclearização (CHOI, 2016, p. 57-58).

Em consonância, no ano de 2011 uma série de acontecimentos levaram a mais inconclusões acerca da nuclearização da península. Após a junta militar montada no ano anterior, a RPDC cogitou voltar para o *Six-Party Talks*, voltando atrás meses depois ao alegar que os debates sobre nuclearização na verdade era uma tentativa da Coreia do Sul de abrir espaço para uma invasão (LEE, 2013, p. 181). As mesmas contradições se repetiram no segundo semestre, contudo houve um fim impremeditado: Kim Jong-Il faleceu em dezembro do mesmo ano.

Assumindo o posto como novo líder supremo da Coreia do Norte, Kim Jong-un inicia seu trabalho logo após a morte de seu pai. No início de 2012 a interação com os EUA pareceu favorável pois em fevereiro foi acordado, por meio do *Leap Day accord*, que a RPDC iria suspender as operações de urânio enriquecido produzidos em Yongbyon em troca de ajuda alimentar. Contudo, houve um impasse meses depois ao proibir o lançamento de um satélite norte-coreano, sob a justificativa o Conselho de Segurança das Nações Unidas alegou tal ato como uma violação a resolução 1718 (2006) e 1874 (2009) da qual bane qualquer lançamento balístico. Isso resultou na suspensão do acordo pelos Estados Unidos (KLINGNER, 2012, p. 115).

Assim, Obama termina seu primeiro mandato com uma Coreia do Norte que conduziu dois testes nucleares, não regressou ao *Six-Party Talks* e efetuou diversos testes balísticos. Ao ser reeleito, Obama inicia o ano de 2013 com um teste nuclear efetuado pela RPDC. Em resposta a este afronte, o presidente busca debater, em conjunto com o Conselho de Segurança das Nações Unidas, sobre a adoção de uma resolução, sendo esta enumerada 2094 em que limita o programa nuclear norte-coreano e a aplicação de sanções econômicas (CLEMENS, 2016, p. 248). Dessa forma, o tópico a seguir tem como finalidade corroborar acerca da mudança de governo na Coreia do Norte, tendo a entrada de Kim Jong-un no poder e como isso afetou o crescimento de testes nucleares durante o primeiro mandato do governo Obama.

4.2 Armamento nuclear e de destruição em massa da Coreia do Norte

Kim Jong-un assume oficialmente em 2011 o governo da República Popular Democrática da Coreia devido a morte do seu pai no mesmo ano. As conquistas do Kim Jong-Il se resumem ao desenvolvimento de armas nucleares e de suas capacidades militares. Dessa forma, Kim Jong-un herdou um Estado falido⁴³, cujo ambiente doméstico enfrenta dificuldades econômicas e carência de alimentos, enquanto no meio internacional há uma inimizade com as políticas adotadas pela administração do presidente Obama graças a continuação do programa nuclear norte-coreano (LIM, 2012, p. 568).

Destarte o crescimento econômico clamava por reformas estruturais de um país isolacionista. Assim, em 2012 Pyongyang muda as prioridades do Estado e prioriza a economia pois estava comprometido a não permitir que a população tivesse que “apertar os cintos”⁴⁴ (LEE, 2013, p. 180). Todavia, a questão nuclear no país é um empecilho aos esforços norte-coreanos de atrair capital estrangeiro.

Dessa forma, a RPDC busca negociar com os Estados Unidos, prometendo não expandir seu programa nuclear em troca de auxílio. Mais uma vez as capacidades nucleares são mais que uma ferramenta de segurança nacional, sendo aqui um instrumento de barganha para engajar o país em discussões pertinentes (SAGAN, 1997, p.55).

Consequentemente, em fevereiro de 2012 a Coreia do Norte suspende seus testes nucleares e o programa de enriquecimento de urânio em troca de alimento. Todavia, alguns testes balísticos foram feitos no mesmo ano, levando o Conselho de Segurança das Nações Unidas condenar essa ação norte-coreana como também exigir sanções econômicas por meio da Resolução 2.087 (LEE, 2014).

Logo o regime nuclear em Pyongyang perdura, pondo dúvidas nas sanções e interdições das quais não reduziram o comportamento abordado por Kim Jong-un, levando-o a aplicar uma política estratégica para desenvolver simultaneamente armas nucleares e a economia do país

⁴³ Estado Falido, traduzido de *Failed State*, é quando um país falta com sua capacidade institucional para desempenhar funções básicas, como fornecer subsídios, alimentos, etc. Rotberg (2004, p.1) afirma que “Estados-nação fracassam quando são consumidos por violência interna e deixam de entregar bens públicos positivos para seus habitantes”. No caso da Coreia do Norte, a falência advém com os cuidados que o país tem com sua população, visto recorrer a acordos internacionais para conseguir subsídios para manter o país.

⁴⁴ De acordo com o relatório da ONU, no mesmo ano, houve um decréscimo no fornecimento de alimentos pelo Estado e afirma que a Coreia do Norte era capaz de garantir meios básicos para sobrevivência à apenas 60% da população civil do país. Além disso, os índices de mortalidade aumentaram com relação a camada mais nova do país (LEE, 2013, p. 177).

(CHOI, 2016, p. 62). No ano seguinte, a Coreia do Norte tomou duas posições; no primeiro semestre estabeleceu tensões e provocações com os EUA e no segundo semestre atenuou as implicações e propôs uma volta das negociações.

Assim, a política *Byungjin* foi adotada por Kim Jong-un com o intuito de mudar a política estratégica para construir uma nação forte e independente. Em razão disso, o país toma uma diretriz racional para solucionar a carência energética e econômica por meio da independência da indústria nuclear, em que simultaneamente não há a separação entre fins pacíficos e militares (CHEON, 2013).

Isto é, essa linha adotada por Kim Jong-un significa que “Coreia do Norte deixa de diferenciar a utilização da energia nuclear para fins pacíficos ou militares através das chamadas tecnologias duais – que podem ter aplicações civis ou militares – e, assim, rejeita o regime de não proliferação centralizado no TNP” (GEIGER, 2018, p. 19).

Assim, pode-se observar a mudança na interação entre os dois Estados antes se resumia na tomada de ação pelos EUA que gerava uma reação pela RPDC. Com essa mudança de estratégia tanto pelo Obama como pelo Kim Jong-un, a relação se inverte em que Pyongyang deseja legitimar suas capacidades nucleares. Sagan explica esse comportamento sob a ótica de um sistema internacional anárquico em que os Estados devem buscar

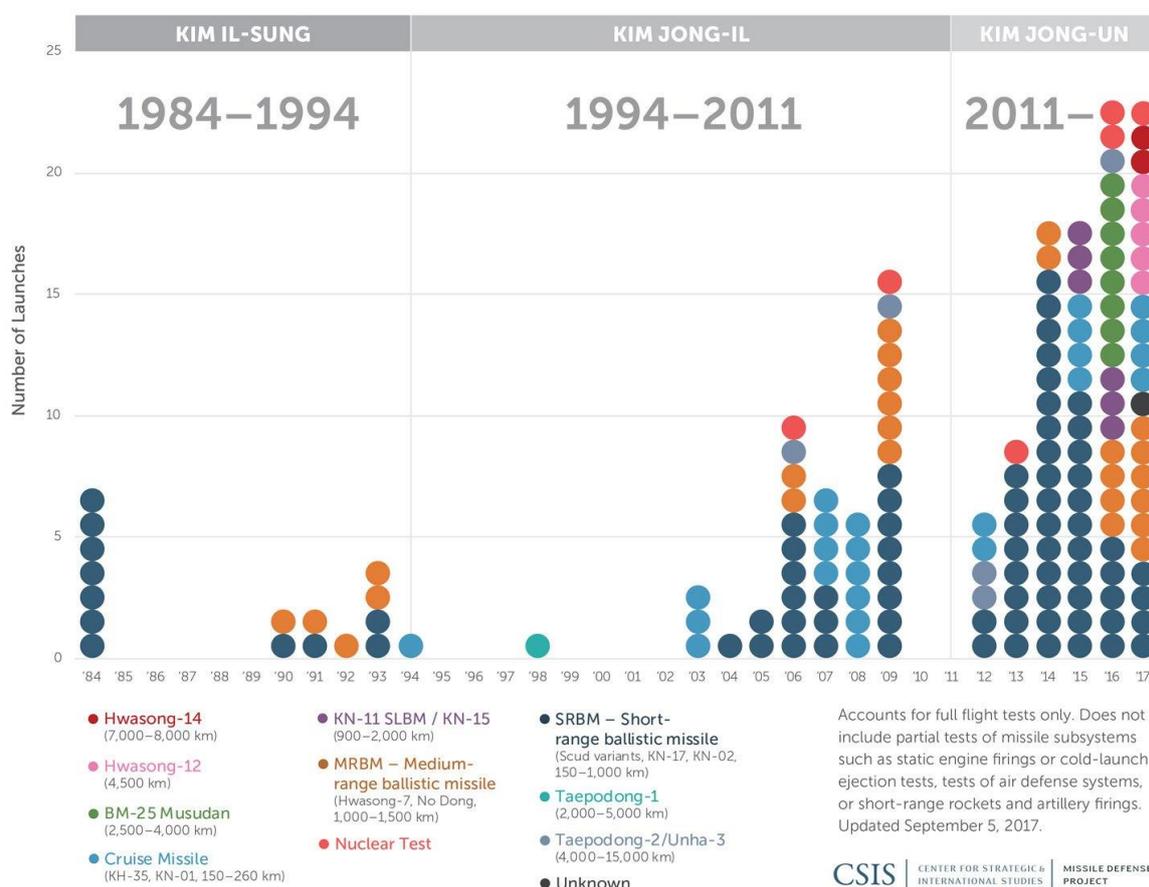
[...] contar com a auto-ajuda para proteger sua soberania e segurança nacional. Por causa do enorme poder destrutivo das armas nucleares, qualquer estado que busque manter sua segurança nacional deve se equilibrar com qualquer estado rival que desenvolva armas nucleares, obtendo acesso a um dissuasor nuclear. Isso pode produzir duas políticas. Primeiro, os estados fortes fazem o que podem: eles podem buscar uma forma de equilíbrio interno adotando a política dispendiosa, mas auto-suficiente, de desenvolver suas próprias armas nucleares. Segundo, os Estados fracos fazem o que devem: podem unir-se a uma aliança de equilíbrio com uma potência nuclear, utilizando uma promessa de retaliação nuclear por esse aliado como meio de dissuasão prolongada⁴⁵. (SAGAN, 1997, p. 57).

Logo, o comportamento de Pyongyang é justificado visto almejar sua sobrevivência no Sistema Internacional. Em consequência a mudança de comportamento adotada pelo presidente Obama por meio de sua política dual, em que mantia o engajamento aberto para discussões e tomava medidas não militares como adoção de sanções contra ações danosas norte-coreanas, levou a um crescimento de testes balísticos e nucleares em poucos anos de governo pelo Kim Jong-un.

⁴⁵ Excerto original: [...] rely on self-help to protect their sovereignty and national security. Because of the enormous destructive power of nuclear weapons, any state that seeks to maintain its national security must balance against any rival state that develops nuclear weapons by gaining access to a nuclear deterrent itself. This can produce two policies. First, strong states do what they can: they can pursue a form of internal balancing by adopting the costly, but self-sufficient, policy of developing their own nuclear weapons. Second, weak states do what they must: they can join a balancing alliance with a nuclear power, utilizing a promise of nuclear retaliation by that ally as a means of extended deterrence. (SAGAN, 1997, p. 57).

Assim, enquanto Washington esperava pacientemente, Pyongyang tomou como oportunidade para aperfeiçoar seu arsenal nuclear. Nas palavras de Sagan (1997, p. 54) os Estados “buscarão desenvolver armas nucleares quando enfrentarem uma ameaça militar significativa à sua segurança que não possa ser atendida por meios alternativos; se eles não enfrentarem tais ameaças, eles permanecerão de bom grado como Estados não-nucleares”. Esse comportamento é confirmado devido ao aumento dos testes e da instabilidade na região, isso pode ser visto por meio do gráfico abaixo, em que demonstra um crescimento gradativo de testes efetivados com sucesso pela Coreia do Norte com o passar dos anos.

Gráfico 1 - Gráfico de Mísseis Lançados pela Coreia do Norte
NORTH KOREAN MISSILE LAUNCHES



Fonte: Center for Strategic & International Studies (1984-2017)⁴⁶.

Ao ter como principal objetivo a sobrevivência, a RPDC busca manter sua integridade territorial e a autonomia de sua ordem política interna, deixando outras metas em segundo plano

⁴⁶ Disponível em: <<https://www.csis.org/analysis/dissecting-big-missile-defense-plus>>. Acesso em: 26 de junho de 2019.

pois, se um Estado não sobrevive, este não pode alcançar outros objetivos (MEARSHEIMER, 2010, p. 80). Dessa forma, Kim Jong-un se mostrou ser mais ofensivo com relação aos líderes anteriores devido ao aumento dos testes em prol de maximizar suas capacidades.

Logo, fica claro a repetição de comportamento da Coreia do Norte em prol da sua sobrevivência, mas há incertezas no que tange a continuação das discussões bilaterais ou multilaterais com o país. Todavia pode-se concluir que: a Coreia do Norte busca ser reconhecida como potência nuclear; legitimar as capacidades nucleares norte-coreanas traria o fim do regime de não-proliferação; a política estadunidense repercutiu em um comportamento hostil e provocativo pela RPDC; e todo comportamento norte coreano é justificado devido a necessidade de barganhar seu arsenal nuclear para manter sua sobrevivência.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As medidas tomadas em política externa, pelos Estados Unidos, contribuíram com o crescimento do programa nuclear de Pyongyang. Mas como a abordagem estratégica estadunidense reverberou na nuclearização norte coreana? A resposta para essa pergunta não é simples. Nos últimos anos, contudo, o mundo assistiu momentos raros, nos quais a grande potência esteve disposta a sentar com um dos países mais fechados do mundo, e dialogar. O elemento arma nuclear foi fundamental para esse processo? Certamente.

Utilizando a perspectiva neorrealista fica claro que o desenvolvimento do programa nuclear pela Coreia do Norte se deve ao encorajamento da estrutura do sistema internacional do qual os países têm que maximizar poder, levando a intensificação na competição entre os Estados por poder que se dá por meio de recursos materiais, como armas de destruição em massa. Assim, o sistema leva os Estados a buscar poder para garantir sua sobrevivência.

Então sim, a abordagem estratégica estadunidense, de aproximação ou não, contribuiu para a nuclearização da Coreia do Norte graças a busca da manutenção da estrutura interna norte-coreana. A intenção de desenvolver armas nucleares não tinha como objetivo incitar uma guerra e sim estabelecer um ambiente diplomático em que a RPDC estivesse com suas capacidades militares em níveis próximos a dos EUA. Destarte esse comportamento contribuiu para produzir ações e reações no que tange aos avanços do programa nuclear da RPDC.

Ademais, como exposto ao longo da pesquisa, o comportamento norte-coreano, perante as negociações, é caracterizado pelo Mearsheimer (2010) como ofensivo pois Pyongyang maximiza poder por meio de suas capacidades e tem como objetivo principal a sobrevivência. Além disso, a estratégia norte-coreana não foca no armamento nuclear como instrumento de uso da força, mas a ameaça do uso da força para gerar um diálogo em que o armamento nuclear serve de barganha para conseguir auxílio internacional, em que este ajudaria na manutenção do país.

Dessa forma, a pesquisa mostra, por meio dos dados, como as relações negociais eram afetadas, controlando ou aumentando a nuclearização da Coreia do Norte. O polo ativo das ações muda de acordo com o governo. Enquanto Bush se mostrava mais ativo, levando Kim Jong-Il a reagir, o Obama já se mostrava mais passivo e reagia as ações tomadas por Kim Jong-un. Enquanto os Estados Unidos desenvolviam políticas de não-proliferação nuclear, para manter o *status quo*, e buscavam estabelecer negociações com Pyongyang, este adotava reações por meio do desenvolvimento de seu arsenal nuclear, enriquecimento de urânio, descumprimento dos acordos e testes nucleares.

Ao agir sob a ótica da auto ajuda, a Coreia do Norte reage as grandes potências desenvolvendo sua capacidade ofensiva e aumentando o dilema de segurança. Todavia, a utilização da barganha mostrou mais resultados pois colocou a Coreia do Norte dentro da agenda dos Estados Unidos, em um primeiro momento, e proporcionou um ambiente diplomático que trouxe retorno significativo para população, por meio dos subsídios, e para a segurança do país. Porém, ao não gerar um diálogo com os EUA, teve como consequência um aumento de testes nucleares como uma ação contra a política externa estadunidense.

Logo, a instabilidade ocasionada após a falha de esforços diplomáticos, deixa a nuclearização norte-coreana sem rumo para a desnuclearização. Apesar da volatilidade da abordagem estadunidense ao longo dos anos, não são discussões bilaterais ou multilaterais capazes de solucionar o problema na Península Coreana. Ademais, a militarização por Pyongyang é uma reação ao comportamento agressivo e as sanções impostas pelas grandes potências, principalmente pelos EUA. Dessa forma, o comportamento norte-coreano é barganhar por meio do seu arsenal nuclear para gerar diálogo entre os países como fonte de sobrevivência.

REFERÊNCIAS

AHN, Taehyung. *Patience or Lethargy?: U.S. Policy toward North Korea under the Obama Administration*. *North Korea Review*, Vol. 8, No. 1, p. 67-83, 2012. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/43910292?seq=1#metadata_info_tab_contents>. Acesso em: 29 jun. 2019.

BEAL, Tim. *North Korea: struggle against american power*. Pluto Press, 2005.

BOTELHO, Teresa. *Os Estados Unidos no fim da Presidência Bush: ainda a nação indispensável? Relações Internacionais n.19 Lisboa set. 2008*. Disponível em: <<http://www.scielo.mec.pt/pdf/ri/n19/n19a03.pdf>>. Acesso em: 25 mar. 2019.

BRAUN, Chaim; CHYBA, Christopher F. *Proliferation Rings: New Challenges to the Nuclear Nonproliferation Regime*. *International Security*, v. 29, n. 2, pp. 5–49, 2004. Disponível em: <<https://www.belfercenter.org/sites/default/files/legacy/files/chyba.pdf>>. Acesso em: 21 mar. 2019.

BRITES, Pedro Vinícius Pereira. *As dinâmicas regionais do Nordeste Asiático e o pivô norte-coreano*. 2018. Tese (Doutorado em Estudos Estratégicos Internacionais) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

CECHIN, Alícia; MONTROYA, Marco Antonio. *Origem, causas e impactos da crise financeira de 2008*. *Teoria e Evidência Econômica - Ano 23, n. 48, p. 150-171, 2017*. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5335/rtee.v23i48.7363>>. Acesso em: 04 ago. 2019.

Center for Strategic & International Studies. *North Korea Missile Chart, 2017*. Disponível em: <<https://www.csis.org/analysis/dissecting-big-missile-defense-plus>>. Acesso em: 26 jun. 2019.

_____. *North Korea Missile Launches: 1984-Presente, 2017*. Disponível em: <<https://missilethreat.csis.org/country/dprk/>>. Acesso em: 10 de jul. 2019.

CHEON, Seong-Whun. *The Kim Jong-Un Regime's 'Byungjin' (Parallel Development) Policy of Economy and Nuclear Weapons and the 'April 1st Nuclearization Law'*. 2013. Online Series CO 13-11, Korea Institute for National Unification. Disponível em: <<http://repo.kinu.or.kr/bitstream/2015.oak/2227/1/0001458456.pdf>>. Acesso em: 22 mar. 2019.

CHOI, Jon Kun. *The Perils of Strategic Patience with North Korea*. *The Washington Quarterly*, pp. 57–72, 2016. Disponível em: <https://pcr.uu.se/digitalAssets/653/c_653922-1_1-k_choi-jk-2016-perils-of-strategic-patience.pdf>. Acesso em: 27 fev. 2019.

CLEMENS, Walter C. *North Korea and the world: human rights, arms control, and strategies for negotiation*. Lexington, KY: University Press of Kentucky, 2016.

CORRIAS, Luigi. *Guises of Sovereignty: 'Rogue States' and Democratic States in the International Legal Order*. IN: WAGNER, Wolfgang et al (Orgs.). *Deviance in International Relations 'Rogue States' and International Security*. 1. ed. Londres: Palgrave Macmillian, cap.3, p. 38-57, 2014.

COUNCIL on Foreign Relations. The Global Nuclear Nonproliferation Regime, 2012. Disponível em <<https://www.cfr.org/report/global-nuclear-nonproliferation-regime>>. Acesso em 22 mar. 2019.

CUMINGS, Bruce. The Korean War: A History. New York Modern Library, 2010.

DAVENPORT, Kelsey. Chronology of U.S.-North Korean Nuclear and Missile Diplomacy, 2017. Disponível em <<https://www.armscontrol.org/factsheets/dprkchron>>. Acesso em 05 de abril de 2019.

DREZNER, Daniel W.. Does Obama Have a Grand Strategy? Why we need Doctrines in Uncertain Times. Foreign Affairs, Vol. 90, No. 4, p. 57-68, 2011. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/23039606?read-now=1&refreqid=excelsior%3Aa964557d5a668cd0949b8824307b7d50&seq=2#page_scan_tab_contents>. Acesso em: 30 jun. 2019.

DUECK, Colin. The Obama Doctrine: American Grand Strategy Today. Oxford University Press, 1 ed., 2015.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Presidente (2001-2009: George W. Bush). Text of President Bush's 2002 State of the Union Address. Estados Unidos da América, 29 jan. 2002. Disponível em: <<http://www.washingtonpost.com/wp-srv/onpolitics/transcripts/sou012902.htm?noredirect=on>>. Acesso em: 07 mar. 2019.

FITZPATRICK, Mark. Republic of Korea. Asia's latent nuclear powers: Japan, South Korea and Taiwan. Adelphi Series, Vo. 55, p. 17-64, 2015. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1080/19445571.2015.1146021>>. Acesso em: 02 fev. 2019.

GEIGER, Luana Margarete. A política nuclear norte-coreana: dissuasão, nacionalismo e relações regionais. 2018. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

GONTIJO, Raquel. Estados Frágeis e Proliferação Nuclear - uma agenda de segurança pós-guerra fria. Rev. Carta Inter., Belo Horizonte, v. 11, n. 2, p. 28-52, 2016. Disponível em: <<https://www.cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/479>>. Acesso em: 03 mai. 2019.

GRZELCZYK, Virginie. Failure to Relaunch?: The United States, Nuclear North Korea, and the Future of the Six-Party Talks. North Korea Review, Vol. 8, No. 1, p. 8-21, 2012. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/43910288?seq=1#metadata_info_tab_contents>. Acesso em: 30 jun. 2019.

HASSIG, Ralph C.; OH, Kongdan. North Korea Through the Looking Glass. The Brookings Institution, Washington, 2000.

HAYES, Peter. North Korean proliferation and the end of US nuclear hegemony. IN: Nuclear Proliferation and International Security. Taylor & Francis, Nova York, p. 118-136, 2007.

HOARE, James E. Historical Dictionary of the Democratic People's Republic of Korea. Scarecrow Press, 2012.

HOBBSAWM, Eric. Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991). Companhia das Letras, São Paulo, 1995.

HOZIC, Aida A.. Rrepresenting Homeland Security. IN: DAVID, Charles-Philippe et al (orgs.). Hegemony or Empire? The Redefinition of US Power under George W. Bush. EUA: Ashgate Publishing Company, 2006.

INDYK, Martin; LIEBERTHAL, Kenneth; O'HANLON, Michael E.. Scoring Obama's Foreign Policy. Foreign Affairs, 2012. Disponível em: <<http://www.foreignaffairs.com/articles/137516/martin-indyk-kenneth-lieberthal-and-michael-e-ohanlon/scoring-obamas-foreign-policy>>. Acesso em: 31 jul. 2019.

JEON, Kyung J. Deterring a Nuclear but Insecure North Korea: Hurdles in Coping with North Korea's Nuclear Issues. IN: Towards a Solution for the North Korean Nuclear Issue. Västra Finnbodavägen: Institute for Security and Development Policy, cap. 3, p. 47-66, 2011.

JERVIS, Robert. Understanding the Bush Doctrine. Political Science Quarterly, Volume 118, Number 3, 2003. Disponível em: <<https://www.psqonline.org/viewContent.cfm?sk=28F4E2D3C8DE1FE8C31DC3CF2FA40ACE02C4E8A8B15E85C6BB90B7D7F0CFFE>>. Acesso em: 03 mai. 2019.

KAUFMAN, R. G. Dangerous Doctrine: How Obama's Grand Strategy Weakened America. 1 ed., Univ. Press of Kentucky, p. 07-26, 2016.

KIM, Inchul. A Game-Theoretic Approach to Derivation of President Barack Obama's North Korea Policy. North Korea Review, Vol. 6, No. 2, p. 12-23, 2010. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/43908809?seq=1#metadata_info_tab_contents>. Acesso em: 29 jun. 2019.

KIM, Samuel S.. North Korea's Nuclear Strategy and the interface between international and domestic politics. *Asian Perspective*, Vol. 34, No. 1, 2010. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/42704702?seq=1#page_scan_tab_contents>. Acesso em: 16 abr. 2019.

KIM, Suk. How to Deal with a Nuclear North Korea: Containment or Engagement? North Korea Review, 2005. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/43908661?read-now=1&seq=1#page_scan_tab_contents>. Acesso em: 10 jul. 2019.

KISSINGER, Henry. Diplomacy. Simon & Schuster, New York, 1995.

KLINGNER, Bruce. Obama's Evolving North Korean Policy. SERI Quarterly, 2012. Disponível em: <http://www.seriworld.org/16/qt_PdfDown.html?mncd=0301&pub=20120317&seq=271>. Acesso em: 31 jul. 2019.

KRASNER, Stephen D.. Structural Causes and Regime Consequences: Regimes as Intervening Variables. International Organization, Vol. 36, No. 2, International Regimes, p. 185-205, 1982. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/2706520>>. Acesso em: 04 jun. 2019.

LALIBERTÉ, André. The Limits to American Hegemony in Asia. IN: Hegemony or Empire?The Redefi nition of US Power under George W. Bush. 1 ed., EUA: Ashgate Publishing Company, p. 161-179, 2006

LEE, Dong Sun. U.S. Preventive War against North Korea. Asian Security, vol. 2, no. 1, p. 1–23, 2007. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/14799850600575181>>. Acesso em: 04 mai. 2019.

LEE, Hong Yung. North Korea in 2012: Kim Jong Un's Sucession. *Asian Survey*, Vol. 53, No. 1, p. 176-183, 2013. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/10.1525/as.2013.53.1.176?seq=1#metadata_info_tab_contents>. Acesso em: 04 jul. 2019.

_____. North Korea in 2013: Economy, Executions, and Nuclear Brinkmanship. *Asian Survey*, Vol. 54, No. 1, p. 89-100, 2014. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/10.1525/as.2014.54.1.89?seq=1#metadata_info_tab_contents>. Acesso em: 04 jul. 2019.

LIM, Jae-Cheon. North Korea's Hereditary Succession: comparing two key transitions in the DPRK. *Asian Survey*, Vol. 52, No. 3, p. 550-570, 2012. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/10.1525/as.2012.52.3.550?seq=1#metadata_info_tab_contents>. Acesso em: 04 jul. 2019.

MAGALHÃES, Nuno de S. Coreia do Norte - Anarquia e Poder Nuclear, *Relações Internacionais. Relações Internacionais*, v.10, 2006. Disponível em: <http://www.ipri.pt/images/publicacoes/revista_ri/pdf/ri10/RI10_09NSMagalhaes.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2019.

MAHNKEN, Thomas G.. Strategic Theory. IN: *Strategy in the Contemporary World: An Introduction to Strategic Studies*. 2 ed., OUP Oxford, cap. 3, p. 60-75, 2006.

MEARSHEIMER, John J.. Structural Realism. IN: *International Relations Theories: discipline and diversity*. 2 ed., Reino Unido: Oxford University Press, cap. 4, p. 77-93, 2010.

_____. *The Tragedy of Great Power Politics*. W. W. Norton & Company, Inc., New York, 2001.

MELCHIONNA, Helena Hoppen. A Política Externa da República Democrática Popular da Coreia e o Papel Estratégico da China. 2014. Dissertação (Mestre em Estudos Estratégicos Internacionais) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2014.

MEYER, Paul. The Nuclear Nonproliferation Treaty: Fin de Regime?. Disponível em: <<https://www.armscontrol.org/act/2017-04/features/nuclear-nonproliferation-treaty-fin-de-regime>>. Acesso em 24 mar. 2019.

MONTEIRO, Nuno P., DEBS, Alexandre. The Strategic Logic of Nuclear Proliferation. *International Security*, Vol. 39, No. 2, pp. 7-51, 2014. Disponível em: <https://www.mitpressjournals.org/doi/pdf/10.1162/ISEC_a_00177>. Acesso em: 03 abr. 2019.

MOON, Chung-in; BAE, Jong-Yun. The Bush Doctrine and the North Korean Nuclear Crisis. *Asian Perspective*, Vol. 27, No. 4, p. 9-45, 2003. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/42704429?seq=1#metadata_info_tab_contents>. Acesso em: 11 jul. 2019.

MOORE, Gregory J.. America's Failed North Korea Nuclear Policy: a new approach. IN: *Asian Perspective*, Vol. 32, No. 4, 2008, p. 9-27. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/42704651?seq=1#metadata_info_tab_contents>. Acesso em: 13 jul. 2019.

OLIVEIRA, Henrique Altemani de. A Segurança Regional e o Desenvolvimento Nuclear na Coréia do Norte. In: MERA, Carolina. (Org.). *Estudios Coreanos en América Latina*. Buenos

Aires: Ediciones Al Margen, v. 1, p. 375-398, 2004. Disponível em: <<http://www4.pucsp.br/geap/coordenador/aseguran.PDF>>. Acesso em: 02 fev. 2019.

PACHECO, Cristina Carvalho. Os “combatentes inimigos” e a Guerra ao Terror: A relação entre Suprema Corte e política externa nos EUA durante o Governo Bush II (2001-2008). *Carta Internacional*, Vol. 10, ed. Especial, p. 77-93, 2015. Disponível em: <<https://doi.org/10.21530/ci.v10n3.2015.336>>. Acesso em: 3 mai. 2019.

PARK, Kyung-Ae. North Korea Strategies in the Asymmetric Nuclear Conflict with the United States. *Asian Perspective*, Vol. 34, No. 1, p. 11-47, 2010. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/42704701?seq=1#page_scan_tab_contents>. Acesso em: 17 jul. 2019.

PINKSTON, Daniel. North Korea’s Foreign Policy Towards the United States. *Strategic Insights*, California, v. 5, issue 7, 2006. Disponível em: <<https://apps.dtic.mil/dtic/tr/fulltext/u2/a521368.pdf>>. Acesso em: 13 abr. 2019.

PRITCHARD, Charles L.. *Failed Diplomacy: the tragic story of how North Korea got the bomb*. Washington: The Brookings Institution, 2007.

PRITCHARD, Charles L., TILELLI, John H.. U.S. Policy Toward the Korean Peninsula. Independent Task Force Report, No. 64, 2010. Disponível em: <https://cfrd8-files.cfr.org/sites/default/files/report_pdf/Korean_PeninsulaTFR64.pdf>. Acesso em: 31 jul. 2019.

RINEHART, Ian E., NIKITIN, Mary Beth D.. *North Korea: U.S. Relations, Nuclear Diplomacy, and Internal Situation*. Congressional Research Service, 2016.

ROTBURG, Robert. The New Nature of Nation-State Failure. Disponível em: <https://www.boell.de/sites/default/files/assets/boell.de/images/download_de/demokratie/The_New_Nature_of_Nation-State_Failure_Rotberg_2002_en.pdf>. Acesso em: 20 de agosto de 2019.

SAGAN, Scott D. Why do States Build Nuclear Weapons?: Three Models in Search of a Bomb. *International Security*, v. 21, n. 3, p. 54-86, 1997. Disponível em: <<http://acme.highpoint.edu/~msetzler/IR/IRreadingsbank/NuclearWeaponsWhyHaveThemSaganIntlSecOld.34p.pdf>>. Acesso em: 17 de março de 2019 às 01:14.

UNIVERSITY OF TEXAS LIBRARIES. Korean Peninsula. Austin, 2011. Escala: 1:2.200.000.000.000.000. Disponível em: <https://legacy.lib.utexas.edu/maps/middle_east_and_asia/korean_peninsula_rel_2011.jpg>. Acesso em: 30 jun. 2019.

WALTZ, Kenneth. Estruturas Políticas. In: *Teoria das Relações Internacionais*. Gradiva, Lisboa, cap. 5, p. 113-142, 2002.

_____. *Peace, Stability, and Nuclear Weapons*. University of California, Berkeley, 1995. Disponível em: <https://escholarship.org/uc/item/4cj4z5g2>. Acesso em: 15 fev. 2019.

_____. Structural Realism after the Cold War. *International Security*, Vol. 25, No. 1, 2000. Disponível em: <http://www.columbia.edu/itc/sipa/U6800/readings-sm/Waltz_Structural%20Realism.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2019.

WUNDERLICH, Carmen. A 'Rogue' Gone Norm Entrepreneurial? Iran within the Nuclear Nonproliferation Regime. IN: WAGNER, Wolfgang et al (Orgs.). Deviance in International Relations 'Rogue States' and International Security. 1 ed., Londres: Palgrave Macmillan, cap.5, p. 83-104, 2014.

YEE, Samuel. Surviving Through The Post-Cold War Era: The Evolution of Foreign Policy. Berkeley Undergraduate Journal, 2008. Disponível em: <https://escholarship.org/uc/item/4nj1x91n>>. Acesso em: 07 mar. 2019.